



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

GIOVANA CARLA PEREIRA

**DIA DOS POVOS INDÍGENAS:
MUDANÇAS E SIGNIFICADOS**

CHAPECÓ

2024

GIOVANA CARLA PEREIRA

**DIA DOS POVOS INDÍGENAS:
MUDANÇAS E SIGNIFICADOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito para a obtenção do grau em Licenciatura em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof. Dra. Adiles Savoldi

CHAPECÓ

2024

GIOVANA CARLA PEREIRA

DIA DOS POVOS INDÍGENAS: MUDANÇAS E SIGNIFICADOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Licenciado em Ciências Sociais.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 13/12/2024.

BANCA EXAMINADORA

 Documento assinado digitalmente
ADILES SAVOLDI
Data: 27/01/2025 16:34:02-0300
Verifique em <https://validar.itu.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Adiles Savoldi – UFFS
Orientadora

 Documento assinado digitalmente
GEOVANA TABACHI SILVA
Data: 27/01/2025 17:51:24-0300
Verifique em <https://validar.itu.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Geovana Tabachi Silva – UFF
Avaliadora

 Documento assinado digitalmente
FABIO CARMINATI
Data: 30/01/2025 08:43:33-0300
Verifique em <https://validar.itu.gov.br>

Prof. Dr. Fábio Carminati – UFFS
Avaliador

“ORE HA’EMA TENONDERÃ YMA VE RUPI OMOKANHYMBA XE VEKUE”.

“Somos o futuro que o passado tentou apagar”

(Frase escrita na entrada da Escola Fen’No pelos Kaingang)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha profunda gratidão a todos que contribuíram para a realização deste trabalho. Em primeiro lugar, agradeço a minha orientadora Professora Adiles Savoldi e aos meus professores, cuja orientação e apoio foram fundamentais ao longo de minha jornada acadêmica. Suas valiosas lições e incentivo constante me motivaram a buscar sempre o melhor.

Agradeço também aos entrevistados, que generosamente compartilharam seu tempo e conhecimento, enriquecendo minha pesquisa com suas experiências e perspectivas.

Um agradecimento especial ao meu pai, que sempre me incentivou a estudar e a acreditar em meu potencial. Sua força e determinação mesmo estando cego, foram uma fonte constante de inspiração para mim.

Aos meus filhos, que me encheram de amor e motivação, e à minha mãe, que sempre esteve ao meu lado, oferecendo apoio, meu muito obrigado.

Por fim, agradeço aos meus colegas e amigos, que tornaram essa jornada mais leve e divertida. A colaboração e o companheirismo de vocês foram essenciais para que eu pudesse chegar até aqui.

A todos vocês, meu sincero agradecimento!

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso teve como objetivo investigar o significado do Dia do Índio, agora Dia dos Povos Indígenas, para os Kaingang da Terra Indígena Toldo Chimbangue de Chapecó, SC. Para tanto, foi realizada uma revisão bibliográfica, observação participante durante a Semana Cultural na Terra Indígena Toldo Chimbangue, além de entrevistas com professores Kaingang. Os resultados mostram que, ao longo do tempo, o Dia do Índio, inicialmente instituído pelo estado, passou a ser apropriado pelos povos indígenas como uma forma de resistência e reafirmação cultural, muito mais complexa que uma simples celebração. O estudo também revela a importância da educação escolar indígena na ressignificação dessas narrativas e na superação de estereótipos presentes nos livros didáticos, na mídia e no senso comum. Os depoimentos dos professores indígenas revelam que as abordagens educativas sobre a data foram ressignificadas, mas ainda há um longo caminho a ser percorrido para que a temática indígena seja tratada de forma mais inclusiva e profunda nas escolas. Conclui-se que o Dia dos Povos Indígenas deve ser entendido não apenas como uma data comemorativa, mas como um convite à reflexão sobre a história, os direitos e a valorização das culturas indígenas.

Palavras-chave: Povos Indígenas; Dia do Índio; Kaingang; Educação indígena.

ABSTRACT

This final project aimed to investigate the meaning of Indigenous Peoples' Day, now Indigenous Peoples' Day, for the Kaingang people of the Toldo Chimbangue Indigenous Land in Chapecó, SC. To this end, a bibliographic review was carried out, participant observation during the Cultural Week in the Toldo Chimbangue Indigenous Land, and interviews with Kaingang teachers. The results show that, over time, Indigenous Peoples' Day, initially instituted by the state, began to be appropriated by indigenous peoples as a form of resistance and cultural reaffirmation, much more complex than a simple celebration. The study also reveals the importance of indigenous school education in redefining these narratives and overcoming stereotypes present in textbooks, the media, and common sense. The testimonies of indigenous teachers reveal that educational approaches to the date have been redefined, but there is still a long way to go before indigenous issues are treated in a more inclusive and in-depth way in schools. It is concluded that Indigenous Peoples' Day should be understood not only as a commemorative date, but as an invitation to reflect on the history, rights and appreciation of indigenous cultures.

Keywords: Indigenous Peoples; Indian Day; Kaingang; Indigenous education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto 1- Alunas da UFFS e Sr. Idalino, visita ao Toldo Chimbanguê, 2014	16
Foto 2- Trilha Raízes, 2019	17
Foto 3- Trilha Raízes, 2019	17
Foto 4- Alunos UFFS na Trilha Raízes, 2022	18
Foto 5- Entrada da Escola Fen'No, Semana dos Povos Indígenas, 2023	18
Foto 6- Sala da história Kamé e Kanhru, 2023.....	19
Foto 7- Trabalhos dos alunos da Escola Fen'No, 2023.....	20
Foto 8- Trabalhos dos alunos da Escola Fen'No, 2023.....	20
Foto 9- Apresentação da Semana Cultural, 2023.....	20
Foto 10- Apresentação na Semana Cultural, 2023.....	20
Foto 11- Viagem de Trator, 2023.....	21
Foto 12- Cozinhando, 2023.....	21
Foto 13- Fogueiras, 2023.....	22
Foto 14- Apresentações da Semana Cultural, 2023.....	22
Foto 15- Apresentações da Semana Cultural, 2023.....	22
Imagem 1- Imagem publicação Correio da Manhã. 03 julho 1943.....	24
Imagem 2- Imagem da p. 84 Enciclopédia O Globo: Dia do Índio.....	56

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
CCJ	Comissão de Constituição e Justiça
CNPI	Conselho Nacional de Proteção aos Índios
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
MI	Museu do Índio
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PROLIND	Programa de Apoio à Formação Superior e às Licenciaturas Interculturais
REDE	Partido Rede Sustentabilidade
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SEDUC	Secretaria do Estado de Educação
SEMESP	Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior
SPI	Serviço de Proteção ao Índio
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UEA	Universidade Estadual da Amazonia
UFAM	Universidade Federal da Amazonia
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Metodologia de Pesquisa e Fundamentação Teórica.....	13
2 PESQUISA DE CAMPO NA TERRA INDIGENA E A ESCOLHA DO TEMA.....	16
3 CULTURA, IDENTIDADE E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIA DO ÍNDIO	23
4 A REPRESENTAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS: UMA ANÁLISE DO "DIA DO ÍNDIO, AGORA DIA DOS POVOS INDÍGENAS"	30
4.1 Educação Escolar Indígena no Brasil	33
5 “VOZES DA MUDANÇA”: AS VOZES DOS (AS) PROFESSORES (AS) KAINGANG E GUARANI DO TOLDO CHIMBANGUE.....	39
5.1 A nova nomenclatura e as mudanças decorrentes.....	46
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
7 REFERÊNCIAS	52
8 ANEXOS	56
8.1 – IMAGENS.....	56

1 INTRODUÇÃO

No Brasil foram instituídas datas cívicas, comemorativas e algumas marcam os feriados nacionais. A implementação e o significado da data do Dia do Índio/Dia dos Povos Indígenas foi o objeto de estudo deste trabalho. Estudar o processo que consolidou o Dia do Índio, agora Dia dos Povos Indígenas, e sua realização permite refletir sobre preconceitos e discriminações que ocorrem com alguns grupos que formam nossa sociedade, suas memórias e culturas. Conforme estudo realizado por Savoldi (2020, p.19):

As Semanas culturais acontecem em abril, geralmente na semana do Dia do Índio. A criação de um dia e, posteriormente, de uma semana para cultuar o índio remetem ao início do século XX, época em que as iniciativas dialogavam com experiências dos Estados-Nações Americanos em incluir o indígena nas narrativas constituintes da nação. Embora seja uma reminiscência de um equívoco do projeto colonial europeu, que julgou ter inaugurado uma nova rota até a Índia, no caso, às índias ocidentais, o termo “índio” continua presente no Brasil.

A denominação “índio” foi uma construção do não indígena, e a data que marca o seu dia também foi uma imposição da alteridade. O dia 19 de abril é conhecido em todo o Brasil como o "Dia do Índio", estipulado pelo presidente Getúlio Vargas, por meio do decreto-lei 5.540 de 1943. Sua origem remete a um protesto dos povos indígenas do continente americano ainda na década de 1940, quando um congresso organizado no México se propôs a debater medidas para "integrar" os indígenas no território americano. O Congresso Indigenista Interamericano, realizado em Patzcuaro, aconteceu entre os dias 14 e 24 de abril de 1940. O responsável por convencer o Presidente do Brasil foi o então general Marechal Rondon, que tinha origem indígena e foi o primeiro diretor, em 1910, do Serviço de Proteção ao Índio, que depois viria a se tornar a FUNAI (Fundação Nacional do Índio) (Fernandes, 2022).

No presente, são celebradas Semanas Culturais no mês de abril, nas terras indígenas de Chapecó, essas atividades coincidem com a Semana do Dia do Índio, Dia dos Povos Indígenas e configuram uma série de mobilizações que segundo Savoldi (2020) configuram o abril indígena. “As duas Terras Indígenas de Chapecó contam com uma população de 1470 pessoas. Na Terra Indígena Toldo Chimbangue, são 489 Kaingang e 83 Guarani, e na Terra Indígena Reserva Aldeia Kondá, são 898 Kaingang.” (Savoldi, 2020, p.39).

A proposta da pesquisa é entender como os Kaingang da Terra indígena Toldo Chimbangue concebem o Dia do Índio, Dia dos Povos Indígenas e como abordam a data durante a Semana Cultural. E os objetivos são compreender os fenômenos que marcaram o

Dia do Índio, Dia dos Povos Indígenas; investigar os sentidos e significados do Dia do Índio, Dia dos Povos Indígenas no presente; entrevistar os professores Kaingang para entender como as escolas abordam a temática hoje e como eles vivenciaram a data no passado; pesquisar em alguns livros didáticos, portais educacionais como Centro de Referências em Educação Integral, g1.globo.com, Brasil Escola, entre outros, a abordagem sobre esta data de maneira a confrontá-las com as representações dos indígenas.

Escolheu-se esse tema devido aos estudos que foram realizados através das disciplinas do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul. Os estudos realizados nessas disciplinas, me proporcionaram uma base teórica e crítica para entender a complexidade das relações entre os povos indígenas e a sociedade brasileira. A pesquisa se insere em um contexto mais amplo de discussão sobre a história das minorias, a educação indígena e a importância do reconhecimento e valorização das culturas originárias.

Além disso, a escolha do tema também indica meu compromisso, como futura professora, com a reflexão crítica sobre as narrativas históricas que muitas vezes silenciaram as vozes indígenas e perpetuaram preconceitos. Ao abordar o Dia do Índio, Dia dos Povos Indígenas, busquei não apenas estudar a data em si, mas também entender suas implicações sociais e culturais, promovendo um diálogo mais respeitoso e inclusivo sobre a diversidade cultural no Brasil.

Este trabalho é estruturado em quatro capítulos que abordam diferentes aspectos da temática indígena, com foco especial no Dia do Índio, agora Dia dos Povos Indígenas e suas implicações sociais e culturais. A seguir, apresento um resumo do conteúdo de cada capítulo.

No Capítulo um, são discutidos os fundamentos teóricos que sustentam a pesquisa, bem como a metodologia utilizada. A pesquisa exploratória foi realizada por meio de observação participante e entrevistas com professores Kaingang e Guarani, buscando compreender a vivência e a percepção sobre o Dia do Índio. No Capítulo dois, abordamos a origem do Dia do Índio, sua institucionalização e as comemorações ao longo do tempo. Também são discutidos os significados atribuídos a essa data e como ela é percebida pelas comunidades indígenas. Capítulo três, exploramos os desafios enfrentados pela educação indígena, a importância da valorização das culturas e tradições, e como a escola pode ser um espaço de resistência e reafirmação identitária. Já no Capítulo quatro, analisamos as atividades realizadas durante a Semana Cultural na Terra Indígena Toldo Chimbangue, destacando a importância dessas celebrações para a transmissão de saberes e a construção de uma

identidade coletiva. Por fim, são apresentadas as conclusões da pesquisa, refletindo sobre a relevância do Dia do Índio/Dia dos Povos Indígenas como um momento de crítica e reflexão sobre a trajetória histórica e os desafios atuais enfrentados pelos povos originários no Brasil.

1.1 Metodologia de Pesquisa e Fundamentação Teórica

Os métodos utilizados para realizar a pesquisa, os instrumentos usados para a coleta de dados, o cenário em que pesquisamos e observamos, bem como os sujeitos participantes da investigação são descritas nesta parte do texto.

Realizamos uma revisão da produção bibliográfica sobre o tema. Segundo o Manual de produção de textos acadêmicos e científicos (2013), pesquisas de revisão bibliográfica (ou revisão de literatura) são aquelas que se valem de publicações científicas em periódicos, livros, anais de congressos, teses, artigos e etc. sobre a temática que se quer pesquisar, no caso desse projeto será o Dia do Índio, Dia dos Povos Indígenas e seus significados para os/as professores Kaingang da Terra Indígena Toldo Chimbangue.

Fizemos uma observação participante durante a Semana Cultural na Terra Indígena Toldo Chimbangue. Este tipo de metodologia é empregado em muitas disciplinas, particularmente na antropologia e sociologia, seu objetivo é ganhar uma intimidade e aproximar-se de certo grupo de indivíduos e de suas práticas através de um envolvimento com as pessoas em seu espaço cultural sob um período de tempo.

As atividades aconteceram na semana do dia 19 de abril e acompanhamos os rituais, gravamos os discursos e registramos imagens do evento. Na programação houve apresentações artísticas, rituais, exposição de fotos, materiais didáticos, venda de artesanato e ervas medicinais.

Foi feita uma pesquisa exploratória, que teve como objetivo proporcionar maior familiaridade com o assunto, além de estabelecer contato com os professores e solicitar a autorização às lideranças indígenas. O propósito desse tipo de pesquisa é perceber se há necessidade de limitar ou ampliar o escopo da pesquisa. Também tivemos uma Roda de Conversa, que é um método de coleta de dados que permite a interação entre o pesquisador e os participantes, sendo considerada uma espécie de entrevista com professores e professoras Kaingang para um comparativo de experiências e conhecimentos sobre o Dia do

Índio, Dia dos Povos Indígenas em sua época de estudante e agora como professores. Essas entrevistas foram semiestruturadas, que é um modelo de entrevista flexível, que possui um roteiro prévio, mas abre espaço para que interlocução aconteça livremente. Assim o diálogo se torna mais natural e dinâmico (Boni e Quaresma, 2005). De acordo com a Resolução 466 de 12 de dezembro de 2012 o respeito devido à dignidade humana exige que toda pesquisa se processe com consentimento livre e esclarecido dos participantes, indivíduos ou grupos, os quais devem manifestar a sua concordância à participação na referida pesquisa. Comunidades cuja cultura grupal reconheça a autoridade do líder ou do coletivo sobre o indivíduo, a obtenção da autorização para a pesquisa deve respeitar tal particularidade, sem prejuízo do consentimento individual, quando possível e desejável.

Abaixo coloquei algumas das perguntas usadas nas entrevistas e relatamos as respostas e outras questões em outro capítulo.

- 1) Dados pessoais: Nome, idade, naturalidade;
- 2) Onde estudou: no ensino fundamental, médio e universidade
- 3) Como era a Escola? Havia professores indígenas?
- 4) Como eram os livros didáticos adotados pela escola, na época em que eram estudantes?
- 5) Lembra como foi trabalhada a data do Dia do Índio quando era estudante do ensino fundamental?
- 6) Como professor/a qual o significado da data de 19 de abril?
- 7) Como trabalham a data?
- 8) Quais foram os maiores desafios em desenvolver atividades relativas às Semanas Culturais?
- 9) Quais foram os principais pontos positivos no desenvolvimento das atividades relativas às Semanas Culturais?
- 10) Poderia explicar a diferença entre o Dia do Índio e o Dia dos Povos Indígenas?
- 11) O que essa data significava e significa pra você hoje?

A observação participante foi registrada no diário de campo e as entrevistas gravadas e transcritas. A análise das respostas foi orientada pela perspectiva teórica que apresentaremos ao longo da pesquisa.

A análise foi fundamentada nos dados coletados na pesquisa, com base nos pressupostos de Freire (2002), que afirma que a representação que cada brasileiro tem do indígena é, prioritariamente, aquela transmitida na sala de aula pelo professor, com o auxílio do livro didático e da mídia. Em Savoldi (2020), que, em sua pesquisa sobre a institucionalização do “Dia do Índio”, observa que a educação cívica foi concebida como um meio fundamental para integrar os povos indígenas à nação, as propostas de assimilação não permitiam que esses povos manifestassem e vivenciassem seus modos de vida. Além da expropriação de seus territórios, também foram silenciados seus modos de conhecimento, conforme mencionado por outros autores citados na referida pesquisa.

Segundo Pacheco (2016) as vozes indígenas contra a colonização só se fizeram conhecer recentemente, nas últimas décadas, quando as lutas por demarcação de seus territórios, ampliadas e repercutidas por um arco de alianças (igrejas, universidades, grupos de direitos humanos), começaram a chegar até a opinião pública, em aberta contradição com as imagens idealizadas sobre a construção do país e com a postura tutelar do indigenismo.

As datas cívicas foram implementadas pela dinâmica colonial. Lima (1995) diz que a literatura usada nas escolas e universidades não é a “responsável pela ignorância” acerca do assunto, mas só reproduz pré-conceitos em muito oriundos da trajetória (social, política e intelectual) das disciplinas Antropologia e História no nosso país.

Para Barth (2005) a etnicidade deve ser concebida como a organização social da diferença, ela se expressa de modo relacional e situacional. Barth (1995) propõe uma análise da etnicidade com base nos fluxos de saberes e práticas que criam laços sociais e identidades pautadas nas fronteiras étnicas. Estudar o Dia do Índio, Dia dos Povos Indígenas é uma forma de compreender como os Kaingang construíram e constroem sua identidade e como vivenciaram e vivenciam sua cultura sob a influência e opressão da colonização.

As Semanas Culturais, em Chapecó, aconteceram em abril, e a referência é o Dia do Índio, agora denominado Dia dos Povos Indígenas, as manifestações acontecem desde o ano 2000. De acordo com Savoldi (2020) para os Kaingang e Guarani não se trata de festejar a data, mas sim de propiciar uma reflexão e crítica sobre a precariedade a que foram submetidos os povos originários no Brasil. (Savoldi, 2020, p.11). Essas semanas são oportunidades de expressar os antagonismos que permeiam as relações entre indígenas e não indígenas e de certo modo superá-los. É o momento de apresentar argumentos coerentes em contraposição à mobilização anti-indígena. A ritualização da Semana Cultural motivou uma

série de práticas e experiências que foram denominadas de “revitalização cultural” pelos povos indígenas. (Savoldi, 2020, p.223).

2 PESQUISA DE CAMPO NA TERRA INDIGENA E A ESCOLHA DO TEMA

Para começar essa história fiz várias reflexões sobre o assunto. Até começar a minha graduação na UFFS, ler artigos, livros e matérias sobre a história do Brasil, não sabia que além dos negros traficados para o nosso país haviam outros povos que aqui já habitavam que também sofreram com a escravização, com genocídios e etnocídios. Por ser afrodescendente sempre me interessei pela história dos africanos e escravizados, hoje percebo os limites da educação sobre a temática.

A minha primeira experiência na Terra Indígena Toldo Chimbangue foi em 1º de maio de 2014, que para a realização de um trabalho sobre o Toldo Chimbangue, na matéria de História da Fronteira Sul, nos deslocamos até lá. Recordo que fizemos uma pesquisa sobre a problemática da terra. No período da visita haviam algumas questões que estavam circulando na mídia sobre os indígenas: as eleições para cacique, que teve uma grande repercussão, a construção da Rodovia SC 284 e o falecimento de Fen´No, nome Kaingang de Ana da Luz Fortes do Nascimento, em 06/03/14, ela foi uma das guerreiras que se manteve firme na reconquista de suas terras.

Na ocasião entrevistamos o Cacique Idalino Fernandes sobre a demarcação, a construção da SC e as reivindicações que estavam sendo feitas pelos indígenas na época.

A seguir uma foto do nosso grupo junto com Seu Idalino.



Foto 1: Fonte: Arquivo pessoal 2014 – alunas da UFFS e Sr. Idalino, visita ao Toldo Chimbangue.

A visita seguinte ocorreu alguns anos depois, em setembro de 2019, quando, a convite da professora Adiles Savoldi, tivemos a oportunidade de conhecer a Trilha Raízes.

Foi um momento marcante, pois ouvimos com atenção a história profunda que conecta os Kaingang à natureza e como eles preparam as plantas para uso medicinal. A emoção que senti ao aprender sobre as ervas medicinais e sua importância para a cultura indígena foi indescritível. A sabedoria ancestral que permeia esse conhecimento é um verdadeiro tesouro, e a experiência foi enriquecedora. Além disso, tivemos a chance de aprender a fazer um suco nutritivo de pitanga com limão, que não só é revigorante, mas também ajuda a aumentar a imunidade. Essa vivência me fez perceber a riqueza e a relevância das práticas tradicionais dos povos indígenas, que vão muito além do simples uso das plantas, representando um elo vital com a terra e a cultura.



Foto 2 e 3: Fonte: arquivo pessoal 2019, Trilha Raízes.

Com a pandemia, as visitas a campo foram restritas nos anos seguintes. Retornei ao Toldo em 2022, quando decidi o tema do meu TCC. Infelizmente, não conseguimos ir em abril devido às fortes chuvas que resultaram no cancelamento de alguns eventos. No entanto, tivemos a oportunidade de visitar a Trilha Raízes novamente em agosto daquele ano. Essa experiência foi diferente, pois fui acompanhada por uma turma nova. As histórias contadas pelas anfitriãs da Trilha são sempre repletas de significado. Elas compartilham como cultivam e preservam a trilha, ressaltando a importância da terra e das plantas para a cultura indígena. Essa vivência me fez perceber ainda mais a conexão profunda que os povos indígenas têm com a natureza e a riqueza de seus conhecimentos tradicionais.

Na Trilha Raízes, as plantas são cultivadas e preservadas com um profundo respeito pela natureza e pela cultura indígena. As anfitriãs da Trilha compartilham histórias sobre como os Kaingang cultivam e guardam as plantas, enfatizando a importância dessas práticas. Elas mostram aos visitantes não apenas o processo de cultivo, mas também como as plantas são utilizadas para fins medicinais, destacando o conhecimento ancestral que envolve a preparação e o uso dessas ervas.

Esse cuidado com as plantas reflete uma conexão íntima com a terra, onde cada espécie tem seu valor e significado. A preservação das plantas é vista como uma forma de manter viva a cultura e as tradições dos Kaingang, garantindo que as futuras gerações possam continuar a usufruir dos benefícios que a natureza oferece. A Trilha Raízes, portanto, não é apenas um espaço de aprendizado, mas também um local de valorização e respeito pela sabedoria indígena relacionada ao uso sustentável dos recursos naturais.



Foto 4: Alunos UFFS na Trilha Raízes Fonte: Arquivo pessoal 2022.

Em 2023, a participação na pesquisa de campo se intensificou, pois eu desejava vivenciar a semana cultural em sua totalidade. No dia 19 de abril, cheguei à Escola EIEF Fen'No durante essa semana, acompanhada pelos alunos da escola onde realizava minha Residência Pedagógica. Na ocasião, participamos de diversas atividades e apresentações culturais. A EIEF Fen'No é o local onde ocorrem as atividades da semana cultural, e cada sala aborda um tema específico, como a história e a cultura Kaingang e Guarani. Os alunos exibem seus artesanatos feitos na comunidade, além de apresentarem seus trabalhos. Durante o evento, há pintura corporal, venda de artesanatos e uma cantina que oferece lanches aos visitantes.



Foto 5: Fonte: Arquivo pessoal 2023, foto da entrada da Escola.

A frase "somos o futuro que o passado tentou apagar" reflete a resiliência e a luta dos povos indígenas diante das adversidades históricas que enfrentaram, como a colonização, o genocídio e a tentativa de erradicação de suas culturas e identidades. Essa expressão enfatiza que, apesar das tentativas de silenciar e marginalizar suas vozes e tradições, os indígenas continuam a existir e a afirmar sua presença no mundo contemporâneo.

Os povos indígenas não apenas resistem, mas também se reconstróem e se reinventam, desafiando as narrativas. Assim, eles se tornam agentes ativos na luta por reconhecimento, direitos e valorização de suas culturas, mostrando que suas histórias e identidades são indestrutíveis e essenciais para a diversidade cultural do Brasil e do mundo.

Essa frase, portanto, é um poderoso lembrete de que a resistência e a luta pelos direitos indígenas são fundamentais para a construção de um futuro mais justo e inclusivo, onde todas as vozes e histórias são reconhecidas e valorizadas.



Foto 6: Fonte: Arquivo pessoal 2023, sala da história Kamé e Kanhru.

A história Kaingang sobre o Tamanduá e sua relação com os clãs Kamé e Kanhro é contada em um contexto que destaca a identidade e os símbolos desses clãs. Na sala mencionada, os alunos explicam como cada clã se identifica e quais são os seus símbolos. Além disso, narram como aprenderam as danças e a importância de ouvir o som dos ventos, que é uma parte significativa de sua cultura. Essa narrativa é uma forma de transmitir conhecimentos e tradições de geração em geração, reforçando a conexão dos Kaingang com a natureza e suas práticas culturais. Eles também fizeram uma maquete para demonstrar a história.



Foto 7 e 8: Fonte: Arquivo pessoal, 2023, trabalhos dos alunos.

Nas salas são expostos os trabalhos desenvolvidos durante o ano pelos alunos da Escola Fen'No, com vários temas e aprendizados sobre a cultura Kaingang e Guarani, além de representar a imaginação e a criatividade dos alunos.



Foto: 9 e 10: Fonte: Arquivo pessoal 2023. Fotos da apresentação de dança da semana cultural.

Como já mencionei anteriormente, as apresentações de danças são uma parte fundamental das manifestações, e cada uma delas conta uma história sobre os Kaingang e os Guarani, sendo cantadas em suas línguas nativas. Essas danças refletem suas lutas e a trajetória do passado até o presente. Neste mesmo ano, no dia 21 de abril, participei de uma celebração em homenagem aos ancestrais, que fazia parte da semana cultural. Fomos até as margens do Rio Irani, começando a jornada bem cedo, utilizando um trator para transportar os utensílios que seriam usados na preparação dos alimentos. A viagem foi gelada, pois naquele dia fazia muito frio.



Foto 11: Fonte: Arquivo Adiles Savoldi 2023. Viagem de trator.

Essa atividade foi para lembrar como viviam os antepassados dos Kaingang, como preparavam os alimentos, como faziam as atividades em comunidade, com ênfase na cultura e no envolvimento com a natureza.



Foto 12: Fonte: Arquivo Pessoal 2023. Cozinhando.

O cozimento dos alimentos é feito no fogo da lenha montado no chão, naquele dia foi feita uma feijoada. Todos participaram da preparação, cortamos cebola, ajustamos o fogo, tudo era colocado em uma panelona gigante. Havia outras fogueiras em que assavam pães na brasa, envoltos em folhas de bananeiras, as senhoras mais velhas ficaram responsáveis pela massa dos pães, todos ajudam demonstrando a união do grupo. Enquanto cozinávamos escutávamos histórias e o motivo para a reunião se realizar naquele local.



Foto 13: Fonte: Arquivo pessoal 2023. Fogueiras.

No ano de 2024 participei no dia 17 de abril de apresentações que narram a chegada dos colonos na região e a expropriação dos indígenas de suas terras. Abordam a luta pela recuperação da terra. Também houve apresentação dos povos Guarani e Xokleng com danças e músicas que celebram suas culturas.



Foto 14 e 15: Fonte: Arquivo pessoal 2024. Apresentações da semana cultural.

As apresentações e as histórias contadas sempre são cheias de emoção e motivam os mais novos e as pessoas não indígenas para que participem e conheçam suas tradições e seu acervo cultural. Antigamente as histórias não eram escritas e sim contadas e cantadas pelos mais velhos, passadas de geração para geração. Hoje já registram suas histórias através da escrita.

3 CULTURA, IDENTIDADE E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIA DO ÍNDIO

A discussão sobre cultura e identidade dos povos indígenas no Brasil é intrinsecamente ligada à forma como o Dia do Índio foi institucionalizado e como essa data é percebida atualmente. A identidade indígena é uma construção complexa, que envolve não apenas a etnia e a cultura, mas também a luta por reconhecimento e direitos.

De acordo com Jacques (1998), a palavra identidade evoca tanto a qualidade do que é idêntico, igual, como a noção de um conjunto de caracteres que fazem reconhecer um indivíduo como diferente dos demais. Ela é ao mesmo tempo diferença e igualdade. A identidade é o ponto de referência, a partir do qual surge o conceito de si e a imagem de si, de caráter mais restrito. Ainda nas palavras de Jacques (1998) seria mais sensato dizer que essa singularidade, o reconhecimento pessoal dessa exclusividade, a fim de abandonar a noção de imutabilidade. A identidade não se apresenta sob a forma de uma entidade que rege o comportamento das pessoas, mas é o próprio comportamento, é ação, é verbo. É preciso levar em consideração questões sociais, políticas, étnicas, individuais e coletivas que influenciam na construção ou no fortalecimento da identidade de cada pessoa.

Historicamente, o Dia do Índio foi criado em 1943, sob a justificativa de proteger os povos indígenas, mas essa data também carrega um legado de colonialismo e exclusão. O evento foi inicialmente concebido como uma forma de "homenagem", mas, na prática, reforçou estereótipos e uma visão paternalista sobre os indígenas. A celebração, que deveria ser um momento de reconhecimento, muitas vezes se transformou em uma representação superficial e folclórica, ignorando as realidades e desafios enfrentados por essas comunidades.

Segundo Souza (2017) entender a formação dos povos indígenas é abrigar várias formas culturais de conhecimento ao passo em que compreendemos a existência e particularidades de cada um, especialmente no Brasil. Logo, passa a ser também papel social do professor mostrar aos alunos os vestígios esquecidos que também fazem parte da cultura brasileira. Cultura de um povo que deu “pontapé” inicial a nação que hoje chamamos de Brasil. (Souza, 2017, p. 7)

Assim, a luta pela valorização da identidade indígena e a crítica à forma como o Dia do Índio foi institucionalizado se entrelaçam, mostrando que as manifestações devem ir além de uma data no calendário.

Foi em 02 de junho 1943 que foi instituído o decreto-lei pelo então Presidente Getúlio Vargas (1882 – 1954), que finalmente estabeleceu a data comemorativa. Foi

convencido pelo o General Cândido Mariano da Silva Rondon (1865 – 1958), primeiro diretor do Serviço de Proteção ao Índio, criado em 1910 e extinto em 1967, quando foi substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), conhecido como Marechal Rondon, que tinha origem indígena por parte de seus bisavôs. (Correio da Manhã, 3 de junho de 1943, sexta coluna)

"O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, e tendo em vista que o Primeiro Congresso Indigenista Interamericano, reunido no México, em 1940, propôs aos países da América a adoção da data de 19 de abril para o 'Dia do Índio', decreta:

Art. 1º - considerado - 'Dia do Índio' - a data de 19 de abril.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário", dizia o decreto.

Correio da Manhã, 3 de junho de 1943



Imagem 1: Correio da Manhã 03 de junho de 1943

De acordo com Savoldi (2020), Antônio dos Santos Oliveira Junior, foi o relator das primeiras solenidades que aconteceram em 1944 no Brasil, para celebrar a data do Dia do Índio. As manifestações tiveram início com uma romaria ao monumento do Cuautêmoc, que foi doada pelo governo do México, como parte das comemorações do Centenário da Independência (1922), à cidade do Rio de Janeiro. Em seguida por ocasião da primeira comemoração, em 19 de abril de 1944, o General Cândido Mariano da Silva Rondon, Presidente do CNPI pronunciou um discurso em que enalteceu a atuação do grande cacique mexicano, que simbolizava o índio americano, colocando sobre o monumento ricas palmas de flores em nome do povo brasileiro. Ainda no dia 19, em que também se comemora o aniversário Presidente da República, houve uma sessão especial, na sede da ABI inaugurando a Exposição Etnográfica, comemorativa da Semana do Índio. Nessa mostra foram expostas fotografias colhidas no interior do País, artefatos indígenas e o moderno material que o CNPI adquiriu para as expedições científicas em organização. Também foram exibidos filmes produzidos pela seção cinematográfica do CNPI. (Ministério da Agricultura; Conselho Nacional de Proteção aos Índios – 19 de abril – Dia do Índio – Comemorações Realizadas em 1944 e 1945, 1º. Volume, publicação no. 100).

MENSAGEM LIDA EM 19 DE ABRIL DE 1944, PELO GENERAL CÂNDIDO MARIANO DA SILVA RONDON, AO DAR INÍCIO A PRIMEIRA COMEMORAÇÃO OFICIAL DO DIA DO ÍNDIO.

“Cabe-me por dever normativo e amor ao índio, como presidente do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, orientar a organização da primeira celebração do dia americano do índio no Brasil, adotado pelo Decreto-lei n.º 5.540 de 2 de junho de 1943. Esse simpático e significativo Dia do Índio Americano, instituído pelo primeiro Congresso Indigenista Interamericano reunido em "la posada de Don Vaco de Quiroga em Patzcuaro, Michoacan, república mexicana", em 19 de abril de 1940, a fim de sugerir ideias concretas e objetivas sobre o estudo do problema indígena interamericano, tem para nossos corações brasileiros marcada significação político-social. Primeiro, pela tocante Instituição da justiça histórica, tanto reparatória como restauradora. Segundo, pela coincidência pressagiosa dessa instituição com a data natalícia do estadista americano, que no Brasil retomou, resolutamente, o programa esboçado para a solução desse problema com o fim de efetivar o ideal social e político do eternamente glorioso patriarca da nossa Independência, pertinente à incorporação do índio à sociedade moderna, mediante uma civilização gradual e metódica, como necessária reparação ao esbulho sofrido pela raça que os conquistadores traíram e vilipendiaram, brutal e desapiedadamente.

Quando Cristóvão Colombo descobriu a América era este continente povoado pré historicamente, de norte a sul e de leste a oeste. E habitado por povos de civilizações várias e certo esmero cultural. Alguns desses povos tão avançados como os da média cultura ocidental, quando muitos dos presumidos descendentes de raça superior e supercivilizados europeus de hoje, se mantinham ainda como criaturas primitivas num nomadismo arrogante, sem rumo definido, pelos bosques e planura do velho continente. Infelizmente os conquistadores não souberam compreendê-los para tirar partido da preciosa descoberta. Em vez de conservar o que nela havia de notável, digno de respeito humano, para melhorá-la, destruíram uma grande população em franca evolução social. A cobiça e ambição reinantes na decadência da civilização medieval não lhes permitiram ponderação política razoável, apesar da cultura religiosa: que orientava os destinos dos povos latinos.

... O índio por toda parte tornou-se um pária dentro da sua antiga grandeza moral, social e material.

De livre, altivo e independente, fizeram-no mero escravo, vilmente explorado pelos salteadores de suas riquezas, sem trégua, nem misericórdia. Trataram-no como animal de carga e o fizeram vítima das maiores injustiças e dos mais cruéis sofrimentos, na opinião de Larco Herrera, atual vice-presidente do Peru. Isso em todas as Américas, onde quer que pairassem um Cortez, um Pizarro, um Antônio Pires de Campos, e outros tantos monstros humanos e vilões, que profanaram a religião, em nome da qual foram feitas a descoberta, a conquista e a colonização. O índio sente ainda, por toda parte, principalmente no Brasil, a dor da conquista, que para ele não há terminado com o advento da Independência...” (Ministério da Agricultura; Conselho Nacional de Proteção aos Índios – 19 de Abril – Dia do Índio – Comemorações Realizadas em 1944 e 1945, 1º. Volume, publicação no. 100). [Grifos Meus]

Nas vésperas da celebração de tais comemorações, foi distribuída aos jornais a seguinte nota:

"O Brasil, do mesmo modo que as demais Nações americanas, comemorará festivamente este ano o Dia do Índio, escolhido pelo Instituto Indigenista Interamericano para celebrar a memória dos primitivos povoadores da terra americana e para homenagear as tribos selvícolas remanescentes, que ainda representam um patrimônio humano de real valor. O dia 19 de abril assinala, pois, a passagem do Dia do Índio, que dará início a primeira Semana do Índio que o

Brasil organizada com o propósito de comemorar a data e ao mesmo tempo com o objetivo de divulgar algumas atividades que são desenvolvidas entre nós, no que diz respeito a causa selvícola”. (Ministério da Agricultura; Conselho Nacional de Proteção aos Índios – 19 de abril – Dia do Índio – Comemorações Realizadas em 1944 e 1945, 1º. Volume, publicação no. 100).

Em 24 de maio de 1944, foi publicado, no jornal "Correio da Manhã", o artigo "A Margem da Semana do Índio" de Batista de Castro. Nele, o autor citou as comemorações da Semana do Índio:

Além do propósito a que diretamente visaram, as comemorações da "Semana do índio" há pouco realizadas, serviram para lembrar problemas etnográficos que, a bem dos nossos foros de cultura, não deveriam permanecer relegados ao mais recôndito silêncio, como ora se encontram ... As comemorações da "Semana do índio", assim, se outras finalidades não lograram, ao menos serviram para lembrar tão palpitantes assuntos que, incontestavelmente, merecem a devida consideração dos governantes, nestes dias sombrios, mas, também, onde alça o colo tanta frioleira empavonada. (CNPI, 1946, p. 207).

Na tese "Tutela e Resistência Indígena" de Andrey Cordeiro Ferreira, ele chama a atenção para o caráter nacionalista implícito no "ritual" do Dia do índio, uma iniciativa nascida dentro do CNPI, criado durante o Estado Novo, enquanto órgão consultivo, em 1939.

Devemos analisar este rito para poder compreender todos os significados expressos pelo ritual em seu conjunto. Isto porque, certos signos serão selecionados do contexto da ideologia nacionalista implícita na política indigenista que gerou o ritual do dia do índio. (Ferreira, 2007, p. 191)

Ele conclui que “O Dia do índio foi utilizado pelo Estado-Nacional como ferramenta localizada da sua autoconstrução”. O projeto de "nacionalização do índio" utilizou esta data para implementar um ritual que encenasse o mito de origem da nação, de maneira que o indigenismo foi também parte da política global nacional-desenvolvimentista utilizada pelo Estado Novo, para construir uma identidade nacional". (Idem, p.189)

Não há relatos das comemorações nos anos posteriores, somente alguns discursos na sede da CNPI, no ano de 1946, onde no texto da Comissão Rondon relatam algumas comemorações, após em 1949 um discurso de encerramento da Semana do Índio, e no ano seguinte um discurso em homenagem ao General Rondon e aos Índios Americanos.

De acordo com Savoldi (2020, p.29) “as celebrações do Dia do Índio” estiveram sob a responsabilidade do CNPI, do Museu Nacional e SPI. “Com a inauguração do Museu do índio, em 19 de abril de 1953, esta instituição assumiu as atividades relativas ao evento.” O Museu do Índio foi criado pelo antropólogo brasileiro Darcy Ribeiro em 1953 em comemoração ao Dia do Índio, e teve como objetivo divulgar uma imagem correta, atualizada e sem preconceitos junto ao público, como forma de despertar interesse pela causa

indígena. Seu primeiro endereço foi um casarão na Rua Mata Machado no bairro do Maracanã. Em 1978, mudou-se para um sobrado do século XIX na Rua das Palmeiras, no bairro de Botafogo. (Fonte: Museu Nacional dos Povos Indígenas)

O objetivo da criação do MI foi não somente apresentar e comunicar as realidades dos Povos Indígenas brasileiros e de suas produções de cultura material, mas desfazer os estigmas que marcavam o imaginário popular a respeito desses povos.

Com o passar dos anos, o objetivo inicial do órgão acabou se tornando a sua missão e acompanhou a história da instituição, mudando o discurso político e social de como enxergar e retratar os povos indígenas dentro dos museus.

O MI também desempenhou papel primordial no desenvolvimento da Antropologia e da Museologia no Brasil e no trato da política indigenista nacional, constituindo-se como o primeiro museu de caráter inteiramente etnográfico do país, criado e mantido nos órgãos indigenistas oficiais do Estado brasileiro. (Fonte: Fundação Nacional dos Povos Indígenas).

Segundo Savoldi (2020, p. 29), em 1955 Darcy Ribeiro afirmou ter fundado o local com o mote de ser “o primeiro museu do mundo criado, especificamente, para combater o preconceito”. No dia 19 de abril de 2023, o Museu do Índio (MI) órgão científico-cultural da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) comemorou 70 anos de sua criação. Em virtude da comemoração foi lançada uma série de exposições virtuais na página da instituição na plataforma Google Arts & Culture. (Fonte: Fundação Nacional dos Povos Indígenas).

Segundo Savoldi (2020, p. 30), “Os discursos constituintes da nação brasileira, produzidos pelo Estado na realização das primeiras Semanas do Índio, cultuaram indígenas como heróis nacionais, criticando o tratamento violento e vil que lhes fora atribuído no passado; porém, a ordem social e a hierarquia das relações mantiveram os indígenas em posições subalternas.” Ainda segundo a autora, o ritual foi elaborado pelos dirigentes da nação; o estado enalteceu o indígena e reconheceu, não apenas o valor da sua cultura, como também sua valentia, seu heroísmo ao construir estátuas dignificando a sua imagem, mas finalizado o ritual, o indígena (vivo, do presente) que não participou da homenagem, continua ocupando o mesmo lugar, às margens do Estado.

Além das “celebrações” nesses poucos anos de destaque do “Dia do Índio, agora denominado Dia dos Povos Indígenas”, os movimentos indígenas têm ganhado força especialmente a partir da segunda metade do século XX, quando diversas lideranças indígenas emergiram para defender seus direitos frente às crescentes ameaças de exploração, desmatamento e violência. Os movimentos indígenas são expressões de resistência e luta

pela preservação de territórios, culturas e direitos fundamentais desses povos. Esses movimentos existem desde a década de 1970, o que podemos chamar de movimento indígena brasileiro, um esforço conjunto e articulado de lideranças, povos e organizações indígenas em volta de uma organização comum de luta, como é pela terra, saúde, educação e outros direitos.

Os movimentos indígenas também lutam pelo reconhecimento de seus direitos sociais e culturais. A Constituição de 1988 foi um marco importante, pois reconheceu os direitos originários dos povos indígenas sobre suas terras e garantiu a proteção de suas manifestações culturais e sociais. Segundo Carlos Fausto (2000), "a Constituição de 1988 representa um novo paradigma para os direitos indígenas no Brasil, estabelecendo uma relação de reconhecimento e respeito à diversidade étnica e cultural."

A luta dos povos indígenas é uma luta contínua e variada, que envolve desde a defesa do meio ambiente até a preservação de suas línguas e tradições. Como afirma Ailton Krenak (2020), "nossa luta é pela vida, não apenas pela nossa vida, mas pela vida de todos os seres". Este movimento não apenas defende direitos específicos, mas também questiona e propõe novas formas de pensar a relação entre seres humanos e o meio ambiente. Essa luta deve ser um convite à reflexão sobre as injustiças históricas, as resistências contemporâneas e a valorização das culturas indígenas, reconhecendo que a identidade indígena é viva e se manifesta todos os dias.

Na região Sul do Brasil, os movimentos indígenas também têm uma presença significativa, embora possam não ser tão amplamente divulgados quanto os da região Amazônica. Os povos indígenas do Sul, como os Kaingang, Guarani e Xokleng, têm suas próprias lutas e reivindicações específicas. Esses movimentos não apenas buscam a preservação de seus direitos territoriais e culturais, mas também desempenham um papel crucial na conservação ambiental e na promoção da biodiversidade. A luta dos povos indígenas do Sul do Brasil é um exemplo importante de resistência e resiliência, mostrando como essas comunidades continuam a defender suas terras e tradições frente a numerosos desafios. Aqui em Chapecó, a presença e as lutas dos povos indígenas, especialmente dos Kaingang e Guarani, são marcadas por uma história de resistência e reivindicação de direitos. Localizada em uma região que historicamente foi habitada por diversos grupos indígenas, Chapecó tem sido um palco importante para a luta pela demarcação de terras. Os Kaingang, o grupo com mais destaque aqui na região, enfrentam desafios contínuos relacionados à legalidade e ao reconhecimento de suas terras ancestrais. Além das questões territoriais, esses povos lutam pela valorização de suas tradições culturais e linguísticas, buscando a

implementação de políticas públicas que garantam educação bilíngue e respeitem suas práticas culturais. A saúde é outra área crítica, com demandas por serviços que respeitem suas especificidades culturais e proporcionem atendimento adequado dentro das comunidades. A participação política é vista como essencial para influenciar decisões que afetam diretamente suas vidas e territórios. Eventos culturais, como a Semana Indígena, e mobilizações locais são frequentemente organizados para destacar suas reivindicações e educar a população não indígena sobre a importância de suas culturas e direitos.

Durante os anos seguintes, as comemorações não sofreram alterações significativas. Ao pesquisar e relembrar as celebrações que vivenciamos na escola nas décadas de 80 e 90, percebo que elas retratavam o indígena como um ser que não existe mais. Nos livros didáticos da época, os índios eram apresentados como figuras quase imaginárias, com seus arcos e flechas, canoas para pesca e ocas. Essa representação estereotipada remete ao passado e não aborda a importância da diversidade étnica.

Para os povos indígenas, as manifestações do Dia do Índio, agora denominado Dia dos Povos Indígenas, servem para recordar as dificuldades e lutas que enfrentaram ao longo dos anos, buscando garantir que seus direitos sejam reconhecidos e respeitados. A educação, a pesquisa e o estudo têm sido e continuam sendo as melhores formas de fazer com que suas vozes sejam ouvidas e suas demandas atendidas. O Dia do Índio/Dia dos Povos Indígenas é um símbolo de reflexão, luta e reconhecimento.

Segundo Daniel Munduruku (2019), em entrevista para o G1, a comemoração nas escolas é, em geral, um equívoco, porque costuma generalizar a diversidade indígena, criando uma imagem equivocada e distante da realidade. “Dessa maneira, as crianças acabam aprendendo a discriminar em vez de se aproximar. Isso naturalmente gera uma desinformação capaz de alimentar o preconceito contra nossos povos”, disse ele durante a entrevista.

De acordo com Giraud (2017) podemos considerar esta celebração como um legado indígena cujos efeitos e influências ainda precisamos conhecer no longo prazo. O Dia do Índio (19 de abril) continua, de fato, a percorrer terras americanas, convivendo com outros dias do Índio, mudando (em alguns casos) de nome, confrontando, sobrepondo-se e confundindo com outras celebrações: renasceu das cinzas do indigenismo oficial para ser reivindicado hoje pelos mais díspares atores, incluindo organizações indígenas que deram um novo significado ao aniversário. (Giraud, 2017, p. 95)

Edson Kayapó, doutor em Educação, disse no debate a Hora do Intervalo do Centro de Referência em Educação Integral: “Pintam o menino com guache, fazem cocar com

cartolina e vão dançar a música da Xuxa. Isso é ridículo e não pode acontecer”, em referência ao trabalho que muitas escolas conduzem em 19 de abril, o chamado “Dia do Índio”, que tem contribuído mais para a ampliação do racismo do que para a valorização dos povos indígenas. Ele também destacou o fortalecimento da data de 9 de agosto, que marca o Dia Internacional dos Povos Indígenas, reconhecida como legítima por ter sido criada em diálogo com os povos indígenas da América e a Organização das Nações Unidas (ONU) (Centro de Referência em Educação Integral, 2022).

4 A REPRESENTAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS: UMA ANÁLISE DO "DIA DO ÍNDIO, AGORA DIA DOS POVOS INDÍGENAS"

O livro didático é uma ferramenta e por isso se torna a principal referência para trabalhar o ensino. De modo geral é ele quem direciona e é considerado o principal disseminador do conhecimento sistematizado.

A análise revela que a abordagem do "Dia do Índio, Dia dos Povos Indígenas" muitas vezes se limita a uma visão superficial e estereotipada nos livros didáticos. Em muitos casos, esses materiais apresentam imagens genéricas e textos que reforçam clichês, como a ideia de que todos os indígenas vivem de forma primitiva ou estão isolados da sociedade moderna. Essa representação simplista não faz justiça à rica diversidade cultural, social e histórica dos diferentes povos indígenas do Brasil.

Além disso, é comum que os livros didáticos abordem o "Dia do Índio, Povos Indígenas" de forma descontextualizada, sem discutir a complexidade das questões indígenas contemporâneas, como a luta por direitos territoriais, a preservação de seus modos de conhecimento e línguas, e os desafios socioeconômicos que enfrentam. Essa abordagem limitada pode perpetuar preconceitos e desinformação, ao invés de promover uma compreensão mais profunda e respeitosa das realidades indígenas.

O livro que escolhi para a análise foi o de Alcindo Muniz de Souza para a primeira série do ensino ginásial de 1951, História do Brasil. Nele ele destaca uma unidade para os Indígenas, chamada de “O Íncola”, onde ele retrata os costumes, principais nações e tribos e o primeiro contato do selvagem com os Europeus. Abaixo destaco alguns trechos do livro:

A população indígena:

“Quantos índios haveriam no Brasil logo que os portugueses aqui chegaram? A quem julgue que o número seria de uns três milhões. O historiador Pôrto Seguro diz que, quando se iniciou a colonização, os índios não chegavam a um milhão. Não é fácil o cálculo da população indígena atualmente existente em território brasileiro. O general Rondon avalia em 1.500.000 os nossos índios. Outros acham que não passam de uns 400.000. É provável que eles representem, no computo do

número total de habitantes do país, uma porcentagem de 2%." (Souza, 1951, p. 22).

O Dia do Índio, instituído no Brasil em 1943, traz à tona o impacto devastador da colonização sobre a população indígena. Conforme o trecho citado por Souza (1951), há um debate sobre quantos indígenas viviam no Brasil antes da chegada dos portugueses, com estimativas variando entre três milhões e menos de um milhão no início da colonização. Independentemente do número exato, é inegável que a população indígena foi dramaticamente reduzida devido à colonização, às doenças trazidas pelos europeus, à violência e à escravidão.

A proteção aos índios:

"Tidos como incapazes relativamente a certos atos ou a maneira de os exercerem pelo nosso Código Civil, dispõe esse diploma que eles ficarão sujeitos ao regime tutelar estabelecido em leis e regulamentos especiais, o qual cessará à medida que se forem adaptando à civilização do país. Depois do Código Civil (janeiro de 1916) várias leis e decretos têm surgido sobre situação dos índios perante o nosso Direito. Dispõe a Constituição, em seu artigo 216, que: 'será respeitada aos silvícolas a posse das terras em que se achem permanentemente localizados com a condição de não a transferirem'. O Serviço de Proteção aos Índios, criado em 1910 e reorganizado em 1939, é atualmente subordinado ao Ministério da Agricultura e tem sua sede na Capital Federal." (Souza, 1951, p. 22-23).

Em um contexto histórico no qual os povos indígenas ainda eram amplamente considerados incapazes de exercer plenamente seus direitos civis, como mencionado por Souza (1951). O Código Civil de 1916, por exemplo, mantinha os indígenas sob um regime tutelar, o que refletia a visão paternalista e colonialista predominante, onde o Estado e seus representantes, como o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), tinham o controle sobre as terras e a vida desses povos. A justificativa era que os indígenas deveriam ser "civilizados" e integrados à sociedade nacional antes de poderem exercer sua cidadania plena.

O Dia do Índio, criado sob essa perspectiva, inicialmente reforçava essa visão paternalista. Foi visto como uma forma de "homenagem", mas sob uma lógica de tutela, onde a identidade e a autonomia indígenas eram moldadas pelas expectativas da sociedade dominante.

Armas e utensílios:

"Andavam os nossos silvícolas quase nus. Usavam pequenas tangas e enfeites de penas e colares. As armas eram o arco, a flecha, a clava (tacape ou tangapema). Faziam os índios vários instrumentos de pedra (martelos, faca, ralos, etc.). Com o barro preparavam panelas e outros objetos de uso. De taquara faziam balaios, jacás, etc." (Souza, 1951, p. 23).

O trecho acima deixa claro que a celebração do Dia do Índio ainda carrega o peso de uma história de exclusão e controle estatal sobre os povos indígenas, reforçada por leis que, ao longo do tempo, tentaram "civilizá-los" e moldá-los aos padrões ocidentais.

A influência indígena:

"A influência indígena se manifesta em nossa raça e em nossa civilização de maneira bastante sensível. Quanto à língua, existem no léxico brasileiro muitos nomes de rios, animais, lugares, plantas e objetos provenientes do tupi e de seus dialetos: Paraná (rio enorme), Itu (cachoeira), tamanduá, jaguar, mandioca, abacate, abacaxi, embira, cipó, etc." (Souza, 1951, p. 23).

Os trechos fornecidos abordam três aspectos principais da temática indígena no Brasil: as estimativas da população indígena, a proteção legal e institucional dos indígenas, e a riqueza das crenças e mitologias indígenas. Ele reflete a complexidade e a diversidade das questões indígenas, desde os desafios demográficos e legais até a profundidade cultural e espiritual. Esse livro, utilizado em 1951, foi o que mais exemplificou o tratamento atribuído aos povos indígenas nas décadas de 1950 e 1960.

Em outros livros, como a Enciclopédia de Pesquisas Globo Livros 1º. e 2º. Graus há um capítulo sobre o Calendário Cívico, onde falam sobre as datas comemorativas, não especificam o ano de publicação, retratam o índio da seguinte forma:

No dia 19 de abril, comemoramos o Dia do Índio.

A professora deverá explicar que os índios foram os primeiros habitantes do Brasil.

Eles moram em aldeias, e as casas onde eles moram, chamam-se ocas.

Nas aldeias todos trabalham.

Os índios caçam e pescam.

Os índios plantam e colhem os alimentos.

Os índios fazem todos os objetos que usam, tais como: potes, armas, cestas e enfeites. A professora deverá levar as crianças ao Museu do Índio, para conhecerem melhor os primeiros habitantes do Brasil. (Globo livros, p. 84)

Há uma generalização na maneira de expressar o modo de vida que não aborda a diversidade. Grupioni (1995) observa que os livros didáticos, em sua grande maioria, são deficientes no tratamento da diversidade étnica e cultural existente no Brasil. Segundo ele a passagem do indígena na história do Brasil se dá, nos livros didáticos, dentro de uma sequência de momentos históricos distintos. Num primeiro momento, os indígenas, quando chegam os europeus, são amigáveis, cordiais e ensinam aos brancos como sobreviver e como

conhecer a nova terra. Em seguida, de cordiais eles passam a ser traiçoeiros, se aliam aos franceses e promovem ataques aos brancos. Posterior a este momento, a figura do indígena aparece ligada à figura do bandeirante, na expansão do território e como mão-de-obra utilizada na colônia. Segue-se, então, o desaparecimento da figura indígena.

Uma das principais críticas de Grupioni (1995) é que os livros didáticos tendem a apresentar os indígenas de maneira estática e anacrônica, como se fossem povos do passado, desconectados da realidade contemporânea. Essa abordagem ignora as transformações e adaptações que os povos indígenas têm experimentado ao longo do tempo, bem como suas lutas atuais por direitos e reconhecimento.

Além disso, Grupioni (1995) aponta que a celebração do "Dia do Índio" nos livros didáticos muitas vezes reforça uma visão folclórica e romantizada dos povos indígenas. As atividades propostas e as representações visuais geralmente se concentram em aspectos superficiais, como vestimentas tradicionais e rituais, sem oferecer uma compreensão mais profunda das culturas e das questões políticas e sociais que os indígenas enfrentam hoje.

Essa abordagem limitada pode perpetuar preconceitos e contribuir para a marginalização dos povos indígenas na sociedade brasileira. Ao apresentar os indígenas de forma descontextualizada e estereotipada, os livros didáticos falham em promover uma educação crítica e inclusiva que valorize a diversidade cultural do país.

4.1 Educação Escolar Indígena no Brasil

A educação escolar indígena no Brasil é um campo de estudo e prática que tem ganhado crescente atenção nas últimas décadas, especialmente no contexto das políticas de reconhecimento e valorização das culturas indígenas. A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 são marcos legais que asseguram o direito à educação diferenciada para os povos indígenas, respeitando suas línguas, tradições e formas de organização social.

Historicamente, a educação oferecida aos povos indígenas no Brasil foi marcada por um processo de assimilação e aculturação, onde as escolas eram utilizadas como instrumentos para "civilizar" os indígenas, tentando suprimir a diversidade cultural. Este modelo de educação desconsiderava as especificidades culturais dos povos indígenas e visava integrá-los à sociedade nacional de forma subalterna.

Segundo Savoldi (2020) em um primeiro momento, essa educação esteve diretamente ligada à igreja católica, no sentido de civilizar os "selvagens", como prática de catequese

para torná-los “filhos de Deus”. (p.78) A educação indígena era frequentemente conduzida ou fortemente influenciada por missões religiosas, principalmente católicas, mas também de outras denominações cristãs. Essas missões tinham como parte de seu objetivo a conversão dos indígenas ao cristianismo, o que também se refletia nos conteúdos e métodos educativos.

Durante o período do Serviço de Proteção ao Índio (SPI 1910-1967) e posteriormente da Fundação Nacional do Índio (FUNAI, fundada em 1967), a educação indígena no Brasil foi profundamente marcada por políticas assimilacionistas e integracionistas. Essas características moldaram a forma como o governo lidava com a questão indígena, influenciando diretamente a educação oferecida aos povos originários. Tanto o SPI quanto a FUNAI operavam sob uma política de centralização e controle governamental, onde as decisões sobre a educação dos povos indígenas eram tomadas por burocratas e missionários, com pouca ou nenhuma participação das comunidades indígenas. Isso se refletia em currículos que não levavam em conta as especificidades culturais, sociais e linguísticas de cada povo.

Para essas instituições a educação indígena tinha como objetivo primordial a assimilação dos povos indígenas à cultura dominante brasileira. Isso significava que as práticas educacionais visavam integrar os indígenas, ensinando-lhes a língua portuguesa e costumes da sociedade ocidental, muitas vezes desencorajando ou mesmo proibindo a prática de suas línguas e tradições culturais.

Nos anos 70 no Brasil ainda estava fortemente influenciada por essas políticas, refletindo uma continuidade das práticas estabelecidas pelo SPI e pela FUNAI. Durante essa década, a política oficial ainda visava a integração dos povos indígenas à sociedade nacional, frequentemente negligenciando a preservação de suas línguas e culturas.

No entanto, os anos 70 também foram marcados por um crescente movimento indígena que começava a lutar por direitos civis e reconhecimento cultural. Este movimento começava a questionar as abordagens paternalistas e assimilacionistas do Estado brasileiro e a reivindicar uma educação que respeitasse as particularidades culturais e linguísticas dos diferentes povos indígenas.

Embora a legislação específica sobre educação indígena ainda fosse iniciante, a mobilização desses povos por autonomia e reconhecimento começou a influenciar debates e reflexões sobre políticas educacionais.

Durante a década de 1980, foi um período de transição e despertar para a necessidade de políticas educacionais que respeitassem as particularidades culturais e linguísticas dos povos indígenas. Começaram a surgir movimentos significativos tanto dentro das

comunidades indígenas quanto no setor político mais amplo, que questionavam essas perspectivas. Esses movimentos eram motivados por lideranças indígenas que reivindicavam o direito à uma educação diferenciada, que respeitasse e valorizasse as culturas indígenas e proporcionasse aos estudantes indígenas a capacidade de navegar entre sua cultura e a sociedade brasileira.

Essa década foi marcada por lutas e desafios, com muitas comunidades enfrentando resistência ao tentar criar programas educacionais que fossem verdadeiramente inclusivos e respeitadores de suas tradições. A luta pela educação indígena era e continua sendo parte de um movimento maior pela autonomia, reconhecimento e respeito aos povos indígenas no Brasil

O ano de 1988 foi particularmente marcante, pois com a promulgação da nova Constituição Brasileira, foram estabelecidas bases para o reconhecimento dos direitos dos povos indígenas, incluindo o direito à educação específica e diferenciada. Essa mudança constitucional abriu caminho para avanços na legislação e nas políticas públicas voltadas para a educação indígena.

Essas transformações na educação indígena, embora acontecessem de forma constante, foram cruciais para o desenvolvimento de uma política educacional que hoje busca ser mais inclusiva e consciente das necessidades e direitos desses povos.

O artigo 231 reconhece os direitos originários dos povos indígenas sobre as terras que tradicionalmente ocupam e assegura a eles o respeito à sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições. A LDB de 1996 reforça esses princípios ao estabelecer que a educação indígena deve ser bilíngue e intercultural, promovendo a valorização das culturas indígenas e o fortalecimento de suas identidades.

De acordo com a LDB, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem desenvolver programas integrados de ensino e pesquisa, em parceria com as comunidades indígenas, para a formação de professores indígenas e a produção de materiais didáticos específicos" (Brasil, 1996).

Ivana de Siqueira, titular da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), disse sobre a educação:

“A questão da educação indígena deve ser vista dentro dos sistemas de ensino com uma forma distinta e não de maneira comum, analisando as especificidades. O MEC (Ministério da Educação e Cultura) tem contribuído com essas discussões para uma construção diferenciada de escolas indígenas, junto ao FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), e apoiado ações, como a valorização das línguas e a criação da categoria de professor indígena na carreira docente.

Precisamos valorizar essas políticas de inclusão”. (Fonte: Ministério da Educação, 2018).

Um dos trabalhos da Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (SEMESP) do Ministério da Educação é garantir que as populações indígenas tenham acesso à educação escolar de qualidade e que respeite suas características. De acordo com Rita Potiguara, diretora de políticas de educação do campo indígena e para a educação das relações étnico raciais da SECADI, um dos principais focos da secretaria é a formação de professores indígenas atuantes em comunidades, para evitar que os estudantes deixem suas aldeias em busca da continuidade dos seus estudos nas capitais. (Fonte: Assessoria de Comunicação Social, Ministério da Educação, 2018).

“Celebrar o Dia do Índio é chamar a memória para a atenção destes primeiros nativos da nossa terra”, observa o secretário de Modalidades Especializadas de Educação do MEC, Bernardo Goytacazes.

“São brasileiros, cidadãos e têm no seu processo de inclusão social, dentro uma visão constitucional, legalista e democrática, o direito a um modelo diferenciado de educação, que respeite sua língua nativa e a sua cultura. Por isso, no MEC trabalhamos para a qualidade do ensino e para o processo de aprendizagem com equidade. “É para mudar essa realidade que a SEMESP (Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior) tem atuado. Essas populações têm direito à escola¹ em um formato que seja condizente com sua realidade. Esse trabalho pede qualidade no ensino, que traga respeito a essas comunidades, com professores bem formados para que essas populações tenham condições plenas de ter em seu território o seu processo de ensino”, afirma Goytacazes. (Fonte: Assessoria de Comunicação Social, Ministério da Educação, 2018).

O Ministério da Educação desenvolve políticas e ações voltadas para povos indígenas, são programas que procuram garantir o acesso aos conhecimentos universais e também aos conhecimentos relacionados às culturas e línguas indígenas. Segundo dados do censo de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil tem 896 mil indígenas, distribuídos em 305 etnias, e 274 línguas indígenas faladas. O Censo da Educação Superior de 2015, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), mostra que mais de 32 mil estão matriculados na educação superior em todo o país. (Fonte: Assessoria de Comunicação Social, Ministério da Educação, 2018).

¹ Das escolas indígenas, 1.029 não funcionam em prédios escolares; 1.027 escolas indígenas não estão regularizadas por seus sistemas de ensino. Do total de escolas, 1.539 são estaduais distribuídas em 26 unidades federativas. Outras 1.806 são escolas municipais e estão em 203 municípios. Ao todo, 3.288 escolas estão localizadas em área rural e 57 escolas em área urbana. Além disso, 1.970 escolas não possuem água filtrada, 1.076 não possuem energia elétrica e 1.634 escolas não possuem esgoto sanitário. São 3.077 escolas sem biblioteca, 3.083 sem banda larga e 1.546 que não utilizam material didático específico. E, apesar de 2.417 escolas não informar a língua indígena adotada, 3.345 unidades escolares utilizam linguagem indígena. (Dados do Ministério da Educação, 2018).

Todas as ações e políticas do MEC são orientadas pelo Decreto nº 6.861, de 2009, que trata sobre a educação escolar indígena e define sua organização em territórios etnoeducacionais. Uma das principais definições do documento é a garantia da participação dos indígenas na organização escolar, além das normas próprias e diretrizes curriculares específicas, voltadas ao ensino intercultural e bilíngue ou multilíngue, a produção de material didático e paradidático específico para as escolas indígenas e o respeito à alimentação, levando em consideração os hábitos alimentares das comunidades. (Fonte: Assessoria de Comunicação Social, Ministério da Educação, 2018).

Em 2005, foi criado o Programa de Apoio à Formação Superior e às Licenciaturas Interculturais (PROLIND), com o objetivo ofertar cursos de formação inicial de professores indígenas em instituições públicas de educação superior. Atualmente, 17 instituições ofertam os cursos. O programa é a primeira iniciativa de inclusão coletiva de indígenas na educação superior. Já o programa Bolsa Permanência, lançado em 2013, é uma concessão de auxílio financeiro a estudantes indígenas, quilombolas e em situação de vulnerabilidade socioeconômica matriculados em instituições Federais de educação superior. A ação contribui para permanência desses estudantes ao definir um valor diferenciado do concedido aos demais estudantes. (Fonte: Assessoria de Comunicação Social, Ministério da Educação, 2018).

Outro documento importante é a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais, promulgada no Brasil por meio do Decreto nº 5.051/2004, também a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 da Organização das Nações Unidas (ONU) e a Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas de 2007, que também garantem a educação diferenciada e o respeito às particularidades dos povos indígenas. (Fonte: SEDUC – Secretaria da Educação Governo do Ceará)

Na lei nº. 11.645, de 2008, as escolas públicas e privadas de todo o Brasil devem, obrigatoriamente, ensinar história e cultura afro-brasileira e indígena. Mas vemos as dificuldades que é o ensino desses temas sem o devido preparo do professor. Devemos nos atualizar para que as datas comemorativas signifiquem mais que pinturas no rosto, cocares de penas e cartolinas, que realmente possamos refletir sobre a importância dos povos originários, seus costumes, cultura e história que deram início a nação brasileira.

Outra dificuldade encontrada é o material didático que também é um desafio, já que há uma enorme diversidade cultural entre os 305 povos indígenas em território nacional, que falam 274 línguas e têm culturas diferentes e distintas. O Censo aponta que menos da metade

(48%) utiliza material didático em língua indígena ou bilíngue, apesar da maioria (74%) ministrar aulas em língua indígena. E há falta de professores indígenas formados para atuar nas unidades. (Fonte: Centro de Referência em Educação Integral, 2023).

A formação de professores indígenas e sua permanência na escola da comunidade são bastante emblemáticas, como explica Cláudio Gomes da Victória, professor na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e especialista em educação escolar indígena. “Não adianta criar uma escola indígena e colocar um não indígena para dar aula”. Para Cláudio “Um não indígena não vai conseguir fazer articulações porque não tem domínio pleno dos conhecimentos, não tem a tradição oral ou a vivência em comunidade. Mas desde que atenda demandas dos povos indígenas, a escola pode ser instrumento de fortalecimento dessas culturas”, complementa o docente que também é responsável pelo Curso de Licenciatura Indígena da UFAM. Essa é uma questão que preocupa vários educadores, por esse motivo buscam sempre atualizações e maneiras de inserir assuntos ligados ao tema indígena na sala de aula. (Fonte: Centro de Referências em Educação Integral, 2018).

O escritor e educador Daniel Munduruku, na reportagem que integra o Especial Eleições 2018 – Caminhos para a Escola Brasileira, do Centro de Referências em Educação Integral, reforça que as escolas da cidade costumam admitir as crianças indígenas com o estigma de “selvagem”, como alguém menos inteligente. “Vivendo em um contexto urbano, as crianças precisam ir para a escola para ter condições de enfrentar esse mundo. Mas pode ser um momento de muita angústia e dor”, diz Daniel. E a figura do professor como guardião do conhecimento também não faz muito sentido para essas comunidades, acostumadas às trocas de saberes entre todos. “Tudo é educativo: a roda de conversa no final da noite, a dança, o canto, a reza, as plantas medicinais e para alimentação”, tudo é conhecimento, conta Daniel, não é só aprender a ler e escrever, é a vivência com a comunidade. (Fonte: Centro de Referências em Educação Integral, 2018).

Por esses e outros motivos os estudantes e professores indígenas buscam a educação como meio de mudar os parâmetros estabelecidos. O conhecimento estabelece uma ponte entre o real e o imaginário, através dele pode-se desconstruir a imagem que foi construída desde a colonização.

“É relevante construirmos não apenas uma educação antirracista entre os que sofrem o racismo, mas, principalmente, para a sociedade como um todo. Por meio da educação há transformação social, portanto, além de indígenas e negros, os não indígenas e os brancos necessitam de uma educação antirracista, e está só pode ser democrática se for adotada como

modelo de educação pública”. Diz Mayara Sateré, estudante indígena do quinto período de biologia da Universidade Estadual do Amazonas (UEA) em entrevista para a Organização Actionaid.

No livro "A Função Social da Escola Indígena", Gersem Baniwa (2013), um renomado intelectual indígena e educador, explora a importância da escola dentro das comunidades indígenas, destacando seu papel como um instrumento determinante para o fortalecimento cultural e a autonomia dos povos indígenas. Baniwa argumenta que a escola indígena deve ir além da simples transmissão de conhecimentos acadêmicos convencionais; ela deve ser um espaço de valorização e revitalização das línguas, tradições e saberes ancestrais. Ele enfatiza que a educação escolar indígena deve ser intercultural e bilíngue, respeitando as especificidades culturais e sociais de cada povo. A obra é fundamental para entender os desafios e as potencialidades da educação indígena no Brasil, oferecendo uma perspectiva crítica e engajada sobre como as escolas podem contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e plural.

No entanto, há também experiências exitosas que demonstram o potencial transformador da educação indígena. Em várias regiões do Brasil, comunidades indígenas têm se organizado para criar suas próprias escolas, baseadas em seus conhecimentos tradicionais e formas de ensino. Essas iniciativas têm mostrado que é possível construir uma educação que respeite e valorize as culturas indígenas, ao mesmo tempo em que prepara os jovens para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo.

5 “VOZES DA MUDANÇA”: AS VOZES DOS (AS) PROFESSORES (AS) KAINGANG E GUARANI DO TOLDO CHIMBANGUE.

Neste capítulo entrevistamos e conversamos com os professores Kaingang e Guarani sobre a mudança na nomenclatura do Dia do Índio para o Dia dos Povos Indígenas, sobre o significado da data, como vivenciaram no passado e como vivenciam no presente.

Entrevistamos seis professores(as) indígenas que atuam na educação. A professora Adiles Savoldi realizou o contato com os professores e fomos até a Terra Indígena para as primeiras conversas sobre a pesquisa. A conversa presencial ocorreu no dia 08 de julho de 2024 e durou cerca de três horas na Escola Fen’No, permitindo que explorássemos diversos temas de forma aprofundada. Além disso, também realizamos entrevistas on-line nos dias 02 e 03 de setembro, de acordo com a disponibilidade dos

professores. Essas interações foram fundamentais para entender melhor seus sentimentos e suas jornadas.

Segundo Ricoeur (2007, p. 12), “É, então, pela seleção da lembrança, que passa essencialmente a instrumentalização da memória”. Essas disputas de memória na construção da história e da identidade nacional fazem abafar outras memórias que, através desse processo, são confinadas ao esquecimento. Memórias dos tempos difíceis que não podem deixar de serem lembradas. Selecionamos algumas perguntas que foram relevantes ao tema dessa pesquisa. Todos os depoimentos dos nossos interlocutores foram de grande contribuição para entender os sentimentos e a jornada dos povos originários.

Uma das primeiras perguntas foi sobre as lembranças do tempo em que eram estudantes e como era vivenciado o Dia do Índio naquela época.

João Batista Antunes, nome Kaingang Kuche, 45 anos de idade, nasceu em Seara, Toldo Pinhal, hoje mora no Toldo Chimbanguê, respondeu:

- Na verdade, eu recordo. Por exemplo, a gente é um povo muito sofrido, principalmente nós, do Toldo Chimbanguê, Toldo Pinhal. Todo o processo de colonização foi muito pesado contra essas duas comunidades, não como as que as outras não foram também. Mas outras se auto protegeram. Aqui nós não tivemos como nos proteger. Essa colonização foi muito criminoso com a cultura. Porque invadiu o espaço onde estavam os Kaingang, invadiu esse espaço e depois para poder sobreviver os Kaingang tiveram que viver de agregado e negar que eram Kaingang. Por exemplo, assim, a gente não poder falar a língua. O indígena poder ensinar a língua indígena para os filhos. Eu sou um fruto disso. Eu sou fruto desse movimento, um movimento de colonização que foi avassalador, para cima das famílias indígenas que estava aqui. E eu vejo assim que na época, quando eu entrei na escola, nós mesmos não se autor reconhecia como Kaingang. É uma questão identitárias. A gente os mais velhos sabiam, mas não era. Não tinha essa transmissão de valores mais, porque muitas práticas elas foram sendo deixadas de lado. Porque tinha um território, por exemplo, um território devastado, um território onde a cultura era de uso de forma diferente nossa. Nós não tínhamos folha, as raízes, os frutos, a matéria prima para a produção de artesanato. Consequentemente, as famílias deixaram de produzir. E o que acontece? Se a gente não tem prática, se a gente não vive isso, a gente acaba não se autor reconhecendo. E depois, quando eu entrei na escola, eu percebi que hoje consigo lembrar que a gente também fazia dia de Índio, como se a gente não fosse o indígena. Então um dia de Índio numa escola em que só tinha indígena estudando... A gente lembra que tinha algumas festas em comemoração, um dia de partilha, o dia em que se faziam as festas, onde todos comiam junto. Mas na escola se faziam o que? A gente fazia um cocarzinho, colocava na cabeça, a gente ia lá na frente de todo mundo, declamava um versinho, entendeu? Um poema, alguma coisa assim, era o que a gente fazia... Eu falo que nós indígenas, nós indígenas, nós alunos fazíamos, sabe? E depois que a gente assumiu a escola, como professor, a gente mudou toda essa concepção de identidade, que a gente se percebeu sendo, tipo assim, eu não estou fazendo de conta que eu sou não estou fazendo um dia de Índio, porque eu sou indígena todos os dias.

João Batista fala dos desafios do autorreconhecimento, destaca a dificuldade para manter a língua viva, evidenciando como os Kaingang foram obrigados a se adaptar e,

muitas vezes, a negar sua origem. A atividade do "dia de Índio" é retratada como um momento de performatividade superficial, onde a vivência indígena era ignorada. Há uma mudança de perspectiva ao se tornar professor, o que representa uma virada importante; a educação é vista como um espaço para valorizar a identidade indígena.

No passado, as atividades vivenciadas no “Dia do Índio”, Segundo Munduruku (2019), faziam com que as crianças discriminassem e excluíssem, ao invés de se aproximarem das diversidades existentes. Até os próprios indígenas eram assimilados pela cultura europeia.

A professora Vanisse Domingos, 43 anos, nome Kaingang Fág Kri, nascida no Rio Grande do Sul, hoje mora no Toldo Chimbangue respondeu:

- Aí eu me lembro que ali nessas épocas, próximo do dia do índio, que era de 19 de abril, as escolas todas se mobilizavam para organizar todas as atividades para essa data lá na comunidade, lá na terra indígena. E nessa época vinha a as roupinhas da FUNAI, eu achava muito legal. A FUNAI distribuía tipo uns uniformes para nós, e eu lembro que eu ganhei uma saínda azul com uma camiseta branca, aí tinha o símbolo da FUNAI de azul. Eu sei que todo mundo no dia do índio, no dia 19 de abril, usava aquela roupa. Aí antes de tudo. Aí antes de ir, de manhãzinha, a gente acordava de faceiro porque a gente ia colocar aquela roupa. Aí eu me lembro que a gente ia para a escola. Aí chegava na escola, nós hasteávamos a bandeira porque era dia do índio. Depois de nós hastear a bandeira, nós cantávamos e nós íamos para o salão da comunidade. Aí lá nós começávamos as apresentações. Eu apresentava cantigas em Kaingang. Eu lembro até hoje uma cantiga lá da minha infância que eu cantava nas festas do dia do índio na comunidade. E eu achava lindo quando eles ornamentavam o salão da festa com a taquara, os balainhos, tudo pendurado. Eu nunca esqueço disso, algo que fica tão na minha mente. Mas era uma data especial para nós na comunidade. Todo mundo esperava chegar esse dia. E enquanto criança o que eu mais me marcava era isso. E daí era legal de ver também aquele almoço, porque era um almoço coletivo. Porque todo mundo ia lá e comia. Era um espeto, um ou dois espetos para cada família. Aí eu lembro que todo mundo ia lá e sentava num lugar, num canto, no local da comunidade, com a sua família e comia, sabe? Aqueles almoços, aquele churrasco que eles faziam para a comunidade e a comunidade inteira. Hoje muitas comunidades ainda fazem isso. A nossa aqui já não faz mais isso. É algo assim que me marcou bastante na minha infância, sabe?...

As lembranças sobre a ornamentação do salão e as canções que ela apresentou em Kaingang são um testemunho da importância das características específicas dos Kaingang. Ao relembrar esses momentos, a Vanisse não apenas valoriza suas experiências, mas também destaca a necessidade de refletir sobre quais tradições os Kaingang querem transmitir para as novas gerações.

Segundo Domingues (1999),

A memória social é responsável pela estruturação dos sistemas sociais, ou seja, pelo estabelecimento e manutenção de padrões interativos e institucionais, subjazendo também a operações técnicas e científicas. Ela inclui reminiscências, atitudes e sentimentos, regras sociais e normas, padrões cognitivos, o

conhecimento científico e tecnológico, assumindo formas ideais e materiais que se encontram concretamente imbricadas e que podem ser separadas apenas analiticamente. A memória social provê os padrões para a estruturação do “imaginário”, isto é, para a dimensão expressiva, cognitiva e normativa da vida social, para o desenvolvimento das relações sociais e para o intercâmbio material dos sistemas sociais com a natureza. Ela fornece também os padrões para a estruturação de sua dimensão espaço-temporal, sua configuração – coesão mais demarcação – e ritmos – de reprodução e mudança. A recursividade da vida social depende dela (Domingues, 1999, p. 4).

Para alguns, as memórias de infância são boas e trazem momentos de nostalgia, mas para outros, retratam histórias sofridas, servindo como um suporte de memória que cumpre um papel de destaque na concepção de um determinado período histórico.

Em relação às memórias da infância, a professora Roselei Barbosa, nascida em Planalto, na Aldeia Baracamerim, 32 anos da etnia Guarani, hoje mora no Toldo Chimbanguê nome indígena Yva, respondeu:

- Dia do índio? É. Naquela época lá, que eu me lembro, ele dizia assim que era dia do índio, assim, mas daí eles faziam, tipo, só um churrasco, assim, sabe? Não era... que nem agora, assim, né? Que tem as danças, coisa assim, sabe? A única lembrança que eu tinha era isso, assim, que ele dizia... É, era toda comunidade, dizia que era festa do índio. Festa do índio. Isso.... Aqui, mas quando lá, quando eu era criança na aldeia lá, do Guarani, lá, que morava lá... Aqui. É porque daí eu vim com seis anos... Eu vim do Planalto. Mas antes de Planalto, nós fomos pra Saudades... Eu estudei um pouquinho lá. E depois eu vim pra cá. ... Mas nós mesmos, Guarani, não me lembro. Porque essas datas, quase que nem diziam, era um dia qualquer pra nós...

Iara Campolin, nome Kaingang Jyno, 35 anos, da Terra indígena de Iraí. Hoje mora no Toldo Chimbanguê, primeira vereadora indígena de Chapecó, disse:

- Olha, eu não me lembro de muita coisa. Eu lembro que na aldeia, sim, você fazia a festa do dia do índio, né? Que antigamente você fazia bastante, né? Hoje a gente dificilmente sai nas terras indígenas, mas é feito com uma forma de manifestação agora para nós, né? Mas antigamente era feita essas festas do dia do índio, né? ... Dança, churrasco, né? Era tudo de graça, né? Para os indígenas também. E... sei que o Cacique conseguia essas coisas assim para a comunidade, né? ...

Professor Adroaldo Antônio Fidelis, indígena do povo Kaingang, natural de Nonoai, e o nome indígena é Pãgfy, que significa semente de taquara, hoje mora no Toldo Chimbanguê, falou:

- Não tem como não trazer lembranças que, nossa, deixa de ir meio aqui pra baixo, em relação ao lembrar do dia do índio na escola, na nossa época, sem lembrar da Xuxa, né? É tão ofensivo isso, né? E além de tudo, ainda você ter que passar pela abordagem, né? Das leituras, dos textos e que o índio parece que foi desde a época da invasão um empecilho pra que se desenvolvesse, né? Se a região, na época, parece que o índio era visto como ser, um obstáculo. Os textos traziam isso, né?... A própria encenação de alguns momentos de teatro, né? De falas, de músicas que faziam pra homenagear o dia do índio muito distante do que era a realidade na nossa região, né? Mas é aquele indiozinho, que a gente chama do indiozinho, né? Porque desenhado aí, na época ainda, na época do Mimeógrafo tinha que pintar o indiozinho, né? ... Aí pega pra confeccionar o chamado cocar também, né? Eu sempre digo que na época ali, a gente já era meio que muito estereotipado, porque

você foi confeccionar um cocar, e na grande maioria das vezes o professor nunca era indígena, ... A festa do dia do índio ... Lembro quando criança... Isso ainda tem essa festa. E sempre doada, né? Não é cobrada. São patrocinadores que inventam, né? A doação de carne, refrigerantes, salada, esse por diante, muito, muito tempo atrás ela era feita pela própria FUNAI, né? Que fazia isso no território da FUNAI, né? ... A gente sabe que a FUNAI... Por que a FUNAI fazia isso, né? Porque a FUNAI estava tirando toda a madeira do território, de alguma forma, que precisava né? É meio que... um agradecimento a eles nessa data aí, já que é a data comemorativa do dia do índio. A existência do índio parece que só precisa existir no dia 19 de abril. Aí, passado tempo depois, aí começa, né? As doações, né? E a própria FUNAI começa também com os arrendamentos das terras, né? E depois que a FUNAI sai do comando das comunidades, os próprios indígenas assumem isso, mas arrendam as suas terras para estrangeiros de fora. Então essa festa já passa a ser financiada pelos arrendatários. Então, ele ou não, nunca foi uma data comemorativa para os que estavam de fora. Muitos indígenas na ingenuidade achavam que estavam, né? Era um momento de festa, de alegria, de fartura, mas quem estava financiando só estava aproveitando aquele momento para dar uma cala boca nos indígenas, para não falar nada mais e deixar como estava... e a gente continua ainda. E o nosso presente que estava lá, porque eu estou ano todo, até chegar aquela data, eu lembro que o meu pai plantava muito feijão, e o feijão, a gente colhe um pouco antes do meio de abril, né? Quando era safrinha. Já justamente a coitas do feijão, mangueirinha, a colheita do pinhão, até dia 5 de abril os pinhões estão caindo já, então já se corria na mata, corria na natureza lá, para tentar achar o máximo de quilos de pinhão para vender e para a cidade comprar roupa porque tinha festa. Então era um momento de alegria também, né? Mas nessa ingenuidade, né? Eu falo nessa ingenuidade da época, a gente via aquele momento como um momento de alegria, né? Hoje a gente tem uma visão diferente, que nunca foi. Era um momento de se apropriar ainda mais do que era da gente, e se beneficiar porque principalmente os funcionários da FUNAI na época, né?...

Paulo Márcio Pinheiro, nome indígena Kókoj, que quer dizer beija flor, Professor, 47 anos. Natural de Ipuacu, da reserva indígena Chapecó que antigamente pertencia a Xanxerê, depois Abelardo Luz e agora novamente ao município de Ipuacu. Também se lembra das festas na Terra Indígena:

- Lá onde eu nasci à gente todo mês de abril, era o mês de festa, porque aonde a gente encontrava os parentes na terra indígena toda, lá em Ipuacu, são 8 comunidades, uma terra de 15 mil e mais de 15 mil hectares, mais de 6 mil habitantes, então no mês de abril a gente desfilava, tinha a banda, como se fosse o sete de setembro, fazia o seu desfile, então aonde a gente se encontrava também com os parentes, com os amigos, era o momento de festa, e ainda tem, no mês de abril existe a festa, tem churrasco, meu pai sempre era capitão da comunidade, tinha uma semana antes, preparava todo o local, limpava o local, matava o gado, o porco, todas essas coisas para fazer a festa, e aonde a partilha era no coletivo. ... FUNAI que financiava, as prefeituras, os Cacique, sempre fazia isso, e também a própria comunidade tinha o gado da comunidade, então eles criavam esse gado, mas para essa finalidade, mas com o tempo foi mudando, Cacique foi entrando, já deu outra forma, mas sempre todo ano sai a festa do dia do índio, em comemoração do dia do índio... Aqui no Toldo Chimbanguê também, saiu festa em comemoração do dia do índio, mas aqui já foi feito diferente, tem outras terras indígenas do Rio Grande do Sul, que fazem também, realizam festa, é um dia comemorativo, mas assim, às vezes também, como no Toldo Chimbanguê, já foi feito dia de reflexão. Tinha uma partilha, uma mesa de partilha, mas também um momento de reflexão, sobre os direitos, o que você ganhou, o que avançou, o que perdeu, o que modificou, questão da terra, sobre saúde e sobre educação...

Todos eles compartilham a mesma lembrança de uma festa em comemoração ao Dia do Índio, onde a comunidade se reunia para um churrasco. Na maioria das vezes, essa era a oportunidade de reencontrar parentes e reviver memórias da infância.

A realização da festa lembrava uma comemoração cívica que atendia mais aos interesses do Estado do que dos Kaingang. As doações eram uniformes e alimentos, segundo Adroaldo, serviam para fazer agradados ao mesmo tempo em que os enganavam.

Segundo Bittencourt, “[...] o movimento indígena está paulatinamente transformando os churrascos e desfiles do Dia do Índio em uma manifestação política, chamando a atenção das autoridades brasileiras para falta de políticas públicas para os povos indígenas”. (Bittencourt, 2007, p. 125)

Outra pergunta feita a eles: o que essa data significa para você hoje?

Paulo Márcio respondeu:

- Para mim, né? Tem um significado, um significado, assim, de... você ter uma data, né? Lá no calendário, né? Ah, nós aí, ó, uma data do dia 19, é dia dos povos indígenas, uma data, né? Mas... é todo dia, todo dia, né? Para mim, todo dia é dia do índio, todo dia é dia do pai, dia da mãe, né? Dia do ancião. O que adianta nós criar, somente, aquela data e lembrar naquele momento. Nós temos que lembrar em todos os momentos, né? É... Às vezes, muitos... A gente também estava falando aqui na escola, da gente fazer... para as pessoas mais velhas, as pessoas que lutaram pela comunidade, nós fazer o momento, né, de... que seja lembrado, essas pessoas, em vida. Não adianta nós lembrar deles depois que partirem, né?...

O professor Adroaldo aponta para a visibilidade indígena:

- Era sempre foi um momento oportuno da gente conseguir, e quando comecei trabalhar com o professor, né? Desde 2000, 2001, que iniciei a minha carreira enquanto docente, foi de que, lá no início, era um momento oportuno da gente conseguir mais visibilidade, né? Porque era chamado pra apresentações culturais em outras escolas, recebia escolas de fora, né? Pra mostrar partes da nossa cultura, momentos da nossa cultura. Então, mas momentos mais tarde que a gente vai se apropriando de algumas leituras, vai tendo um pouco mais noção mínima, né? Porque não é, nunca foi, né? Uma data, digamos assim, que fosse positiva pra gente, porque eu acho que comemorar isso, não é, nunca foi bom, em alguns momentos para a gente ter uma visibilidade, assim a gente formalizando um momento de usurpação do direito, né? De genocídio, etnocídio nessas datas, nessas épocas, no mês abril. ... fui chamado pra ir pra escola de novo, já como coordenador pedagógico, então, já tinha uma visão mais ampla, então eu tiro do calendário da escola as datas comemorativas do dia do índio, no mês de abril, e jogo como um momento de troca de saberes e sabores lá no mês de final de outubro, que a gente chama de "época de brotas", né? Ali começa a vida, ali começa o ciclo de alimentação tradicional, então, até como o mês de abril, por exemplo, um mês tão morto, né, um mês preto e branco, parece, então, foi ali o inverno, então, eu pensei que lá no início da brota mesmo, da brotação de diversos tipos da alimentação tradicional que é da nossa cultura Kaingang, eu formalizo isso dentro do nosso calendário, então, o calendário da escola Cacique Piron, no toldo Pinhal, tinha esses meses festivos, e a gente recebia muitas escolas, várias escolas ... É, tipo, eu sempre fui contra, né, o próprio estado de Santa Catarina tem, né, uma portaria aí, que ela legitimam a semana indígena, dentro do próprio calendário do Estado, né, e pra mim, parece que isso sempre foi meio ofensivo, formalizar isso sem o nosso consentimento. Isso não era correto. Eu sempre questioneei, mas quando saí do toldo pinhal para cursar uma estrada, saio da escola também. Eu vim morar para o Chapecó. Mas o meu pensamento sempre

foi esse. Eu acho que sem o consentimento nosso foi formalizado uma semana que não é nossa. Não é da cultura indígena, não é só mês de abril que é indígena, mas enfim, o estado por imposição fez com que o mês de abril tenha essa semana cultural. Uma semana cultural que para eles tem uma visão, para nós tem outra. Eu venho da militância e vejo que essa semana cultural não é um momento somente de, também só de trocar de saberes e sabores, mas é um momento de manifestação. Manifestação cultural, manifestação da tradição, manifestação das percas que a gente teve ao longo do tempo, entre os territórios. Ela é um movimento que começa nos anos 2000 justamente para relevante pela busca, pela retomada. Poucos tem essa visão que enquanto militância tem, que ela se inicia nos anos 2000, num momento exato, porque todo o Brasil inteiro estava concentrado em Brasília no acampamento Terra Livre, que começa o acampamento ali nessas datas. Então ali que nas bases começa esse levante também. E ali foi formalizada a semana cultural por causa disso. Mas não é como o nosso consentimento que tem essa semana portariada no estado de Santa Catarina...

Adroaldo apresenta uma proposta diferente para o presente, a intenção de externar as atividades para um público não indígena deve ser revista. Informa que atividades internas para a transmissão de saberes e a vivência do grupo são frutíferas para os kaingang. É possível percebermos que a realização de atividades no Dia do Índio traz, implícita e explicitamente, conflitos diversos, mas, sobretudo, a divisão de opiniões sobre as manifestações. Nos relatos, vemos a insatisfação dos Kaingang e Guarani com as políticas governamentais em relação ao tratamento atribuído para com os povos originários. O sofrimento de pessoas que não se conformaram com o estigma imposto e lutaram para que pudessem estudar e mudar sua história no futuro.

João Batista relata:

“Hoje para nós, enquanto indígenas ela é insignificante, ela não tem sentido nenhuma. É uma data que não tem sentido. Ela não tem sentido porque a gente já começou a ver esse universo de outra forma, porque não foi uma data que nós criamos 19 de abril. E hoje para nós não tem sentido mais esse dia. Quer dizer, não tem sentido algum porque a gente promove os nossos dias de indígenas todos os dias. E aí tem os momentos de abril que não é um dia, normalmente é na semana, essa semana do dia 19, a gente procura fazer reflexões relacionadas a nossa vida, nossa identidade, a nossa cultura. As nossas lutas, os nossos movimentos culturais”.

O significado da data não é mais importante do que solidificar suas identidades, utilizam a data como degrau para alcançar reconhecimento e chamar a atenção para a cultura e diversidade existentes em todo território Nacional e principalmente na nossa região.

Vanisse salienta que para ela não tem muito sentido a data:

“O que a gente trabalha e pensa mais em trazer pro nosso contexto é pelo fato de que o não indígena trabalha (a data). Nesse momento, eles tornam referência à questão indígena, os debates, as conversas, vem à tona toda a questão nessa data. Então, pra nós a gente procura utilizar esses momentos como uma forma de manifestar a nossa, muitas vezes, tristeza pelo fato da ignorância das pessoas de

desconhecimento. A gente procura se utilizar desses momentos pra fazer essas reflexões sobre a questão da resistência, da cultura, da identidade”.

Já Iara Campolin acha que a data tem significado: “Significado, eu sempre vejo... Eu sempre falo, né? Resistência. Resistência. A gente tem que existir pra resistir” ...

A luta dos povos indígenas não é apenas por sua existência, mas também para ter o acesso aos direitos fundamentais que são assegurados pela Constituição e sempre são negados, fazendo parte das pautas dos movimentos de resistência.

Os povos indígenas se destacam na resistência e reivindicam a sua presença na reconstrução do país. Querem solução para a demarcação das terras que ainda estão pendentes. Hoje a população indígena ocupa cada vez mais espaços nas artes, literaturas, ciências e universidades. Com enormes contribuições para os debates ambientais, a partir de novas visões sobre a relação das pessoas com a natureza, falando para o mundo a necessidade de uma transformação de vida.

As Semanas Culturais, que ocorrem em abril, são um exemplo de como os povos indígenas têm se apropriado dessa data para promover a resistência e a reafirmação de suas identidades. Para os Kaingang e Guarani, essas semanas não são apenas uma celebração, mas uma oportunidade de refletir criticamente sobre a precariedade a que foram submetidos e de expressar suas lutas por direitos e reconhecimento. A educação desempenha um papel fundamental nesse processo, pois é através dela que se busca desconstruir estereótipos e promover uma compreensão mais profunda dos direitos e das culturas indígenas.

5.1 A nova nomenclatura e as mudanças decorrentes

Nos últimos anos, tem crescido a discussão sobre a nomenclatura "Dia do Índio". Muitos ativistas, acadêmicos e membros das comunidades indígenas argumentam que o termo "índio" é um vestígio da era colonial e não reflete adequadamente a diversidade e a identidade dos povos originários. Além disso, criticam o fato de que a data muitas vezes é tratada de maneira superficial e estereotipada, sem promover uma reflexão profunda sobre os direitos e questões enfrentadas por essas comunidades.

Os argumentos dos professores Kaingang. João Batista dá a sua opinião sobre essa mudança:

“Oh, tipo assim, essa mudança, essa troca, ela veio do movimento, entendeu, do movimento indígena, movimento nacional. Quer dizer, não foi um momento que nós professores, a nossa comunidade pensando nós, "tem que trocar, não vai usar mais essa nomenclatura índio". A gente já pensava, a gente já se trabalhava, tipo, "eu sou Kaingang", né, "eu não sou índio", "primeira coisa eu sou Kaingang", "ou

você é kaingang", "você é Guarani", "você é Xokleng", "você é pertencente à uma etnia indígena". E aí, de modo mais plural, essas etnias, essa nomenclatura, ela foi sendo substituída, por exemplo assim, o índio por indígena, e a gente tem uso, por exemplo, assim, povos originários, povos nativos, então são nomenclaturas que a gente vai usando para tirar do de uso a ideia de índio. Porque as pessoas já disseram, "mas índio a gente não é índio, né, a gente não é índio", porque essa parte daquela ideia lá de que Cabral chegou e que avistou achou que estava chegando nas Índias, e daí se deparou com os índios, né. Então, são nomenclaturas assim, que a gente vai substituindo, né, substituindo, mas sendo um processo de uso de outras formas, de outro reconhecimento da palavra".

A professora Vanisse tem uma opinião parecida com a do João:

“Então, o termo índio é como se houvesse somente um tipo de índio, né, mas nós somos mais de 300 etnias indígenas, né. Então, povos indígenas, dá o sentido de várias etnias, vários povos, várias culturas, várias línguas, várias tradições diferentes, formas de rituais. E o índio é como se fosse somente uma única cultura, um único povo, né, então disso é a diferença, saber diferenciar, né, o que é índio e povos”, disse ela.

Até o ano de 2022, comemorava-se o “Dia do Índio”, no dia 19 de abril, esse termo (Índio) é considerado genérico, estereotipado e não correspondia à diversidade dos povos originários. Agora passa a ser chamado oficialmente de “Dia dos Povos Indígenas”. É o que define a Lei 14.402/22, promulgada pelo presidente, na época, Jair Bolsonaro, oriunda do Projeto de Lei 5466/19, da deputada (Rede-RR) Joênia Batista de Carvalho, mais conhecida como Joênia Wapichana. Essa mudança de nome da celebração tem o objetivo de explicitar a diversidade das culturas dos povos originários.

Adroaldo acha que houve uma mudança, mas que ainda falta muito para mudar, em suas palavras:

“... Obviamente que ela estereotipou um pouco mais, porque o índio em si mesmo é meio que ofensivo se chamado de índio, né? Anteriormente aí, há pouco tempo atrás, era o bugre, que era mais questionado pela gente até por causa que o bugre é o caçado, né? Devia ter identificado como bugre, até há pouco tempo atrás e ainda em algumas comunidades se chamava de bugre, e se tivesse 50, se é indígena, fora, que é perigoso. Mas o índio até era aceito e cada dia mais a gente sabia que mais cedo ou mais tarde precisava substituir esse nome porque é uma negação de identidade, né? É o negar o outro para conquistar o outro, né? Negar o outro para dominar o outro, parece que é uma coisa tão... Não, ele não pode ser o que ele quer, ele tem que ser o que eu quero que ele seja. Essas coisas iam tão... Então, mas o indígena veio para mudar um pouco, né? Quebrar um pouco esse gelo, mas em... Os povos indígenas, que é a terminologia hoje, já abre, né? Um leque maior para a gente conseguir dizer, não, povos, tá? Mas quais povos? Aí a gente entra e substitui o índio pelo Kaingang, pelo Xoklengue, pelo Xetá, pelo Guarani, e assim vai...”

A nova lei é oriunda do Projeto de Lei 5466/19, da deputada (Rede-RR) Joênia Batista de Carvalho, mais conhecida como Joênia Wapichana, que é advogada, sendo a primeira mulher indígena a exercer a profissão no Brasil, e política brasileira filiada à Rede

Sustentabilidade, aprovado pela Câmara dos Deputados no fim do ano passado e pelo Senado em maio de 2022.

Para Joênia Wapichana, a intenção ao renomear a data é ressaltar, de forma simbólica, não o valor do indivíduo estigmatizado “índio”, mas o valor dos povos indígenas para a sociedade brasileira. "O propósito é reconhecer o direito desses povos, mantendo e fortalecendo suas identidades, línguas e religiões, assumir tanto o controle de suas próprias instituições e formas de vida quanto de seu desenvolvimento econômico", afirmou a deputada quando o texto foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara. (Fonte: Agência Câmara de Notícias).

Na época, o governo, acabou vetando integralmente a proposta. Para o Ministério da Justiça e Segurança Pública, não havia interesse público na alteração, uma vez que a Constituição adota a expressão “Dos Índios”.

O relator, deputado Wolney Queiroz (PDT-PE), ressaltou que já há alguns anos, termos como “índio” e “tribo” vêm sendo questionados pelos povos originários. “Tais categorias foram criadas pelos colonizadores como forma de reduzir a pluralidade de cerca de 1.000 etnias indígenas que existiam no País na época do ‘descobrimento’. Essa e outras reflexões levam a alternativas que fujam do senso comum, que trata cultura tão diversa de forma genérica reduzindo a diversidade das etnias brasileiras”, afirmou.

Paulo Márcio, professor e advogado também acha que a mudança é positiva, mas que falta muito chão para que alcancem os direitos que lhes cabem:

...Não fala somente do índio, né? Dia do índio. Mas assim, dia dos povos indígenas, que são vários no Brasil, então acho que isso é válido. Já muda somente o dia do índio, mas assim dia dos povos indígenas. Então, isso com essa mudança de nomenclatura vem ajudar também. Mas eu ainda acho que teria que ter mais coisas... Eu acho que é mais questão dos nossos direitos, que as coisas acontecem. A gente tem ali somente no artigo 231 e 232 da Constituição, mas nossos direitos ainda são violados, né? Não são cumpridos, que os governos hoje olham diferente e ajudam também. A gente não quer migalhas, a gente quer que nós somos valorizados, nós somos cidadãos, somos pessoas iguais como todos os outros. Claro, a gente tem a nossa diferença, a gente quer que seja respeitado a nossa diferença. Mas como também, o não o índio também tem sua diferença, também que seja respeitado. E que a sociedade hoje aprenda antes de falar, pesquise, entenda, "Ah, lá o índio é isso, é aquilo, vamos ter um..." Eu sempre falava no curso de direito. Muitas pessoas falam, começam a querer inventar coisas, criar coisas que não conhecem. "Ah, o índio é vagabundo, o índio é aquilo, o índio só quer Funai dê cesta básica, quer Funai de pague um salário mensal." Então não conhece. Antes que fale, vai conhecer, vai pegar, vai estudar. Como é que é a comunidade? Venha viver, venha um dia na comunidade, venha vivenciar. Aí muda totalmente o conhecimento, muda totalmente a filosofia da pessoa. Não adianta eu querer falar, sair falando italiano, se eu não conheço a cultura. Não adianta eu querer falar do Japonês, se eu não vivenciar a cultura dele...

Segundo Márcia Mura, professora e doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), em entrevista para o G1, o termo índio reproduz a visão do colonizador que remete à ideia eurocêntrica de que os indígenas são atrasados e iguais, desconsiderando as diferenças linguísticas e culturais. Em contrapartida, "indígena" é uma palavra que significa "natural do lugar em que vive". O termo exprime que cada povo, de onde quer que seja, é único. (Fonte: g1.com.br)

O escritor indígena, Daniel Munduruku, acredita que o termo "índio" "esconde toda a diversidade dos povos indígenas". "A palavra 'indígena' diz muito mais a nosso respeito do que a palavra 'índio'. Indígena quer dizer originário, aquele que está ali antes dos outros", explicou o autor em entrevista à BBC News Brasil. (Fonte: G1 -Brasil celebra 1º Dia dos Povos Indígenas após mudança em lei).

A proposta também revoga o decreto que criou o Dia do Índio (Decreto-Lei 5540/43). (Fonte: Agência Câmara de Notícias).

Todas as mudanças que vem ocorrendo, ao longo dos anos, são frutos da resistência e luta dos povos originários que desde o início construíram e constituem a nossa nação Brasileira.

Essas reflexões sobre a terminologia revelam a necessidade de um reconhecimento mais profundo da identidade e da diversidade dos povos indígenas. A mudança na nomenclatura não é apenas simbólica, mas representa uma nova perspectiva que busca valorizar as culturas, tradições e histórias de cada grupo. Ao revogar o Dia do Índio e instituir o Dia dos Povos Indígenas, o Brasil dá um passo importante para reconhecer a pluralidade e o valor intrínseco de cada povo originário, promovendo um diálogo mais respeitoso e inclusivo. Assim, a luta e a resistência dos povos indígenas não apenas preservam suas heranças, mas também enriquecem a identidade nacional, reafirmando que a história do Brasil é feita por todos os seus povos.

Os relatos de professores indígenas, como João Batista e Iara Campolin, evidenciam a importância de recontextualizar a data, utilizando-a como uma oportunidade para educar a sociedade sobre a diversidade cultural e as realidades enfrentadas pelos povos indígenas. A resistência cultural se manifesta não apenas nas festividades, mas também na luta diária por reconhecimento e respeito, desafiando estereótipos e promovendo uma compreensão mais profunda das identidades indígenas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar essa pesquisa percebi como a educação formal foi limitada em relação aos modos de conhecimento, cultura e histórias dos povos originários, não fazia ideia dos genocídios e extermínio que vivenciaram ao longo do tempo. Quando falamos de escravizados, pensamos nos afrodescendentes, mas esquecemos de que aqui no nosso País, em nosso continente os povos indígenas foram escravizados e também os primeiros atingidos pela colonização.

O presente estudo buscou entender o significado do Dia do Índio/Dia dos Povos Indígenas, refletindo sobre suas implicações como um ritual comemorativo ou um momento de crítica e reflexão sobre a trajetória histórica e os desafios atuais enfrentados pelos povos originários no Brasil. O “Dia do Índio” existe há 80 anos no Brasil e foi criado com o argumento de proteger os índios do território, mas na verdade tem sido a data que reforça ideias estereotipadas, alimentando aprendizados com equívocos e despropósitos sobre as populações indígenas, seja no passado ou até mesmo agora no presente.

Ao longo da pesquisa, foi possível perceber que o Dia do Índio, originalmente criado como uma forma de homenagem carrega também uma herança de colonialismo e exclusão, que foi sendo ressignificada ao longo das décadas pelas próprias comunidades indígenas. Hoje, a data é vista menos como uma celebração de um passado romantizado e mais como um momento de reflexão crítica sobre a história e a luta contínua desses povos por reconhecimento e direitos. As Semanas Culturais Kaingang mostram que, para muitos indígenas, esse é um momento de resistência, memória e de revitalização cultural.

Os depoimentos dos professores indígenas evidenciam que, apesar dos avanços na educação intercultural, ainda há muito a ser feito para que as escolas abordem de maneira mais inclusiva e coerente a história e a cultura dos povos indígenas. A forma estereotipada e superficial com que o tema é frequentemente tratado nos materiais didáticos reforça preconceitos e invisibiliza a diversidade e a riqueza cultural desses povos. Ao mesmo tempo, a pesquisa revela que o movimento indígena vem se fortalecendo ao longo dos anos, tanto no campo político quanto educacional, promovendo uma mudança nas narrativas e nas representações sobre os povos originários.

Nesse sentido, o trabalho também lança luz sobre a necessidade de uma educação que promova a reflexão crítica e a valorização da diversidade cultural nas escolas, que vá além das datas comemorativas e busque entender a complexidade e a contemporaneidade dos povos indígenas. A mudança da nomenclatura para “Dia dos Povos Indígenas” é um

passo importante nesse processo de reconhecimento e de superação de uma visão colonialista, mas é preciso continuar avançando para que as vozes indígenas sejam ouvidas e respeitadas em todos os espaços.

É necessário compreender que a diversidade cultural desses povos é um patrimônio histórico importante e a valorização dos saberes e tradições indígenas é um assunto de direitos humanos. O enaltecimento dessas culturas significa reconhecer a importância da pluralidade e da diversidade na construção da própria cultura brasileira.

Em síntese, este estudo contribui para a compreensão do Dia dos Povos Indígenas não apenas como uma data de celebração, mas como um convite à reflexão sobre as injustiças históricas, as resistências contemporâneas e os caminhos possíveis para uma sociedade mais justa e inclusiva. A educação, nesse processo, ocupa um papel fundamental na desconstrução de estereótipos e na construção de novas pontes entre indígenas e não indígenas, promovendo o respeito mútuo e a valorização da pluralidade cultural do Brasil.

7 REFERÊNCIAS

BARTH, Fredrik. Etnicidade e o conceito de Cultura. In: **Revista Antropolítica**. Niterói n. 19. 2º semestre 2005.

BARTH, FREDRIK. Etnicidade e o Conceito de Cultura. Tradução: Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto. **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política**, n. 1, p. 2, 1995.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

BITTENCOURT, Circe (org.). **Dicionário de datas da História do Brasil**. 2ª. Ed. São Paulo: Contexto, 2012. 370 p.

BONI, Valdete; QUARESMA, Silvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80.

Brasil celebra 1º Dia dos Povos Indígenas após mudança em lei; por Emily Santos disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2023/04/19/brasil-celebra-1o-dia-dos-povos-indigenas-apos-mudanca-em-lei-entenda-a-diferenca-entre-indio-e-indigena.ghtml>. Acesso em abril de 2023 e 2024.

BRASILEIRO, A. M. M. (2013). **Manual de produção de textos acadêmicos e científicos**. São Paulo: Atlas. 47 páginas.

_____. **Resolução 466 de 12 de dezembro de 2012** Diretrizes e normas regulamentadoras para pesquisas envolvendo seres humanos. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>. Acesso em: 26 de março de 2022.

Centro de Referências em Educação Integral. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br> Matérias publicadas em 2018 e 2023. Acesso em abril de 2023 e 2024.

COMISSÃO RONDON. Conselho Nacional de Proteção aos Índios (Brasil) **O dia do índio: 19 de abril: as comemorações realizadas em 1944 e 1945**: v.1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946. (Publicação 100).

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O índio e o mundo dos brancos**. Campinas, SP:

CUNHA, Manuela Carneiro da. "**Política Indigenista no Século XX.**" In: História dos Índios no Brasil, organizado por Manuela Carneiro da Cunha. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Frentes de expansão e povos indígenas em Santa Catarina. In: **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, n. 28, p. 34, 1 dez. 2017.

DOMINGUES, José Mauricio. **Sociologia da cultura, memória e criatividade social**. Dados, Rio de Janeiro, v. 42, n.2, 1999.

Entrevista com Daniel Munduruku. Disponível em:

<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/19/dia-do-indio-e-data-folclorica-e-preconceituosa-dizescritor-indigena-daniel-munduruku.ghtml>. Acesso em 16/10/2023.

Entrevista com Edson Kayapó disponível em:

<https://educacaointegral.org.br/reportagens/importancia-de-ressignificar-o-19-de-abril-nas-escolas-nao-indigenas/>. Acesso em 2023 e 2024.

FAUSTO, Carlos. (2000). Direitos Indígenas e Constituição. Revista de Estudos Constitucionais, v. 2, n. 1, p. 58-77, 2000.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. **Tutela e Resistência Indígena**. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional, 2007.

FERNANDES, Cláudio. "**19 de Abril — Dia do Índio**"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/datas-comemorativas/19-abril-dia-Indio.htm>. Acesso em 29 de março de 2022.

FREIRE, José Ribamar Bessa. **A imagem do índio e o mito da escola**. In MARFAN, Marilda A. org. Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação- Formação de Professores: educação escolar indígena, Brasília: MEC, 2002, p.93-99.

GIRAUDO, Laura. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 81-96, jan.-abr. 2017.

GRUPIONI, Luís D. B. Livros didáticos e fontes de informações sobre as sociedades indígenas no Brasil, in: SILVA, Aracy Lopes & GRUPIONI, Luís D. B. **A temática indígena na escola**. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

LIMA, Antônio Carlos Souza. **Um olhar sobre a presença das populações nativas na invenção do Brasil**. IN: SILVA, Aracy Lopez da Silva; GRUPIONI Luiz GRUPIONI, Luís Donizeti Benzi. Livros didáticos e fontes de informação sobre as sociedades indígenas no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopez da Silva; GRUPIONI Donisetti Benzi, (Org.). A questão indígena na sala de aula. Novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC, 1995.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. **"O Índio Brasileiro: O que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje."** Brasília: MEC, SECAD, 2006.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Assessoria de Comunicação Social, 2018.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: "pacificação", regime tutelar e formação de alteridades**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

RICOEUR, Paul. A memória. In: **A memória, a história e o esquecimento**. Tradução de Alan França. Campinas: Ed. UNICAMP, 2007.

RIBEIRO, Darcy. **"Os Índios e a Civilização: A integração das populações indígenas no Brasil moderno."** Editora UFRJ, 1970.

SAVOLDI, Adiles. **Rituais de rebelião à brasileira: distintividade cultural e reconhecimento étnico nas Semanas Culturais do Toldo Chibanguê em Chapecó-SC**. Tese de Doutorado Universidade Federal Fluminense, 250 fl, Niterói, 2020. Disponível em <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/3893>. Acesso em 2022, 2023 e 2024.

SOUZA, Alcindo Muniz de. **História Do Brasil para a Primeira Série Ginásial**. Exemplar 3158. Companhia Editora Nacional São Paulo, 1951.

SOUZA, Joilson Silva de. A história indígena e sua presença nos livros didáticos. **Revista de História**, 6, 1-2 (2017) p. 5-19. Disponível em:

http://www.revistahistoria.ufba.br/2017_1/.pdf. Acesso em 2022, 2023 e 2024.

SOUSA, Rainer Gonçalves. "**A origem dos feriados**"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/datas-comemorativas/a-origem-dos-feriados.htm>. Acesso em 12/12/2021.

TUMELERO, Naíma. **Pesquisa exploratória: conceito, características e aplicação em 4 passos**, matéria para o blog Mettzer, em 03/04/2019, disponível em <https://blog.mettzer.com/pesquisa-exploratoria/>. Acesso em 2022.

VEIGA, Juracilda. **Aspectos fundamentais da Cultura Kaingang**. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2006.

VESENTINI, José William. A questão do livro didático no ensino da Geografia: novos caminhos da Geografia. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.) **Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2007

8 ANEXOS

8.1 – IMAGENS

– No dia 19 de abril, comemoramos o Dia do Índio.

A professora deverá explicar que os índios foram os primeiros habitantes do Brasil.

Os índios se dividem em tribos.

Eles moram em aldeias, e as casas onde eles moram, chamam-se ocas.

Nas aldeias todos trabalham.

Os índios caçam e pescam.

Os índios plantam e colhem os alimentos.

Os índios fazem todos os objetos que usam, tais como: potes, armas, cestas e enfeites.

A professora deverá levar as crianças ao Museu do Índio, para conhecerem melhor os primeiros habitantes do Brasil.



– No dia 21 de abril, comemoramos o Dia de Tiradentes.

A professora deverá explicar que:

O seu nome era Joaquim José da Silva Xavier.

A professora deverá explicar a história da inconfidência mineira.

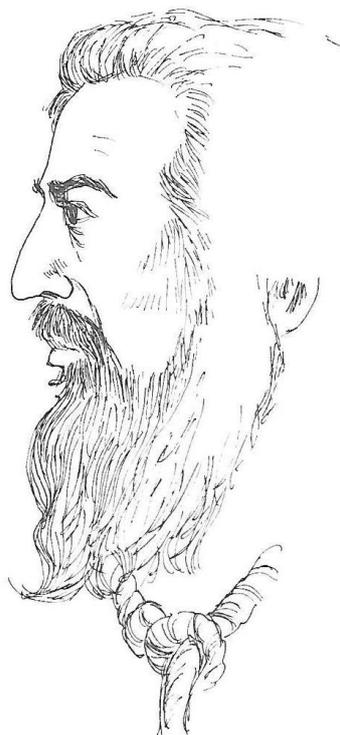
Tiradentes morava numa cidade chamada Vila Rica, que hoje é chamada de Ouro Preto.

Em Vila Rica haviam muitas riquezas, porque lá haviam minas de ouro.

A grande parte desse ouro, era recolhida pelo Governo em forma de impostos, não sobrando quase nada para as pessoas do lugar.

Então Tiradentes e alguns amigos, resolveram acabar com essa cobrança de impostos, planejando uma revolução.

Mas o Governo descobriu a trama, e todos os inconfidentes, que era como lhes chamavam, foram presos e condenados, sendo que somente Tiradentes foi que morreu enforcado.



– No dia 21 de abril, comemoramos a Fundação de Brasília.

A professora deverá explicar que ela foi inaugurada no dia 21 de abril de 1960, pelo Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, e que Brasília é hoje, a Capital e a sede do Governo do Brasil.